

# ÍNDICE

## 9 PREFÁCIOS

## 17 CAPÍTULO I

19 Arquitetura e artes românicas

24 Românico e território: as bacias do Douro e do Tâmega

31 Devoções

33 Nobreza senhorial do Tâmega e Douro

36 Testemunhos românicos no Tâmega e Douro

36 Cronologias

40 Arquitetura religiosa

54 Elementos funerários

56 Arquitetura civil

57 Território e paisagem no Tâmega e Douro nos séculos XIX a XXI

57 Evolução administrativa do território

61 As intervenções contemporâneas (séculos XIX-XXI)

## 69 CAPÍTULO II

71 Ponte de Fundo de Rua, Aboadela, Amarante

83 Memorial de Alpendorada, Alpendorada e Matos, Marco de Canaveses

## ARQUITETURA E ARTES ROMÂNICAS

A arquitetura românica iniciou-se entre o final do século X e as duas primeiras décadas do século XI. Durante esta época manifesta-se um acentuado dinamismo na definição de planimetrias originais, em novas soluções construtivas e nos primeiros ensaios da escultura arquitetónica, principalmente nas regiões da Borgonha, Poitou, Auvergne (atual França) e Catalunha (atual Espanha). É, no entanto, entre 1060 e 1080 que a arquitetura românica consolida as suas principais novidades técnicas e formais. Segundo Barral i Altet, a planimetria da igreja românica, ainda que variada, apresenta-se bem definida à volta de 1100, ao mesmo tempo que a escultura invade o edifício, cobre os capitéis e ornamenta fachadas e claustros. O românico tem sido considerado como o primeiro estilo europeu. Se é certo que a arquitetura e as artes românicas constituem um fenómeno comum aos reinos europeus de então, a verdade é que uma das principais características do estilo é exatamente a sua diversidade regional. É neste sentido que deve ser entendida a arquitetura românica portuguesa, que se desenvolveu em Portugal a partir dos finais do século XI. A sé de Braga e a igreja monástica de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) conservam, ainda que residualmente, parcelas construídas entre os últimos anos do século XI e o início do século XII. A expansão da arquitetura românica em Portugal coincide, no entanto, com o tempo de D. Afonso Henriques – que assume o governo do Condado Portucalense em 1128 e se intitula como rei em 1139 –, prolongando-se o seu reinado até 1185. Foi nesta época que se iniciaram as obras românicas das sés de Coimbra, de Lisboa e do Porto e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A igreja deste mosteiro, fundado em 1131, apresentava uma arquitetura completamente nova no contexto do românico que então se difundia em Portugal. Embora profundamente alterado no século XVI, conhecemos alguns aspetos do templo original fornecidos pela documentação quinhentista e pela conservação de alguns – muito poucos, de facto – elementos românicos. Com uma longa capela-mor e uma nave central muito larga e algo curta, coberta por abóbada de berço, a igreja apresentava as naves laterais cobertas por abóbadas transversais que contrafortavam o peso da nave central. A esta estrutura adicionava-se uma torre-pórtico com dois pisos, composta por três naves, acusando influências da arquitetura românica da Borgonha, como Tournus, Paray-le-Monial ou Romainmôtier.

A sé de Coimbra, obra de importância maior no desenvolvimento do estilo românico em Portugal, teve início no século XII, embora a sua cronologia seja ainda controversa. Jorge de Alarcão, num estudo sobre a cidade, considera a hipótese de as obras terem sido iniciadas no tempo do bispo D. João Anaia (episc. 1148-1154) e não sob o prelado de D. Miguel de Salomão, como é habitualmente referido. A obra, sagrada em 1174 ou 1175 por este último, teve como arquitetos os mestres forâneos Roberto e Bernardo e o “português” mestre Soeiro. A origem das soluções construtivas e estilísticas patentes na sé tem dividido os investigadores que, ora consideram seguir o modelo românico de Auvergne ou de Poitou, ora encontram paralelos no norte de França, concretamente na região da Normandia. O aspeto interno das naves e o modelo de organização do trifório lembram muito a catedral de Santiago de Compostela (Espanha), enquanto as galerias de circulação se assemelham mais às igrejas do norte de França.



Igreja de São Pedro de Rates  
(Póvoa de Varzim). Fachada ocidental.

Projetada nos meados do século XII pelo “estrangeiro” mestre Roberto, com o patrocínio de D. Afonso Henriques, a sé de Lisboa terá sido uma das construções mais eruditas do românico português, expressão que os terramotos e uma série de restauros quase completamente obliteraram.

Os exemplos referidos demonstram as influências de artistas provenientes de outros reinos europeus na afirmação da arquitetura românica em Portugal. Testemunham igualmente uma vitalidade e uma abertura às inovações, fenómenos a que não é alheia a presença das ordens monásticas beneditina, cisterciense, de cónegos regrantes de Santo Agostinho e das ordens militares do Hospital e do Templo no território que então se afirmava como reino.

A arquitetura românica portuguesa apresenta contudo, de uma maneira geral, programas de menor escala e riqueza artística, quando comparados com os exemplares já referidos. Entre o último quartel do século XII e ao longo do século XIII, muitas igrejas monásticas ou paroquiais vão receber novas construções que substituem as velhas igrejas de arquitetura assaz compartimentada, como era próprio dos templos dos séculos IX ou X. As influências destas preexistências nas construções românicas teve uma dimensão que, apesar de entendida e caracterizada há muito, necessita ainda de análises de maior espessura. A utilização muito sistemática de absides com cabeceira retangular e a utilização do arco-diafragma até à época gótica constituem dois exemplos da permanência de soluções há muito utilizadas na Península Ibérica, cujas origens ora remontam à Alta Idade Média ora à época da ocupação romana da Península.

O estudo da arquitetura e das artes românicas tem merecido, nos últimos anos, a consolidação de novas perspectivas que não queremos deixar de referir. A visão da arquitetura românica de função religiosa como uma arquitetura austera e despojada, sóbria, sem cor e despida de ornamentos ou mobiliário litúrgico está, ainda hoje, muito enraizada na cultura ocidental. As alterações de que os templos foram alvo, ora motivadas por mudanças litúrgicas e devocionais, ora por obras ao gosto de cada época, transformaram muito o interior das igrejas românicas. Por outro lado, a prática e os conceitos de restauro do século XIX e de uma boa parte do século XX, pretenderam devolver os templos à sua condição prístina, despojando-os dos elementos da Época Moderna e conferindo às igrejas românicas o aspeto sóbrio, uniforme e austero que atualmente muitas apresentam. Na verdade, os templos românicos eram radicalmente diferentes deste arquétipo.

Retomando questões já presentes na investigação anterior efetuada para os monumentos românicos do Vale do Sousa, a verdade é que a descoberta e reconstituição do coro pétreo da catedral de Santiago de Compostela nos anos 90 do século XX, a publicação das obras de Baral i Altet (2006), Kroesen (2009), Palazzo (2010) e Baschet (2008 e 2012), entre outras, e a realização da exposição *Les premiers retables XIIe-début du XVe siècle : une mise en scène du sacré* (Museu do Louvre, Paris, 2009) contribuíram para uma maior divulgação sobre a verdadeira natureza da arquitetura e das artes românicas.

Em graus diferentes, dependendo dos meios para a sua construção e embelezamento, as igrejas românicas eram sumptuosas. As fachadas pintadas com cores vibrantes, a escultura dos tímpanos, colunas, arquivoltas e galerias tinham uma expressão muito diversa daquela que hoje apresentam. Em Notre-Dame-la-Grande de Poitiers, cujo estudo da fachada ocidental permitiu apurar significativos vestígios de uma rica paleta cromática, é projetada a policromia românica com o recurso às novas tecnologias, o que proporciona uma experiência visual de forte impacto.



Catedral de Santiago de Compostela (Espanha). Fachada ocidental. Vista parcial.

Na sequência do restauro do Pórtico da Glória da catedral de Santiago de Compostela foram já identificados e registados os vestígios da policromia original (século XII). Em Portugal, a questão da policromia na arquitetura românica não foi ainda objeto de uma investigação acompanhada da necessária tecnologia. No nártex da sé de Braga, na igreja do antigo mosteiro cisterciense de Santa Maria de Ermelo (Arcos de Valdevez), na cabeceira da igreja de São Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde) e no arco cruzeiro da matriz de Sernancelhe, entre outros, conservam-se vestígios em capitéis, arcos e frisos que indiciam a prática da aplicação da cor sobre a pedra. Apesar da escassez dos exemplos e, sobretudo, da falta de estudos que provem a datação românica dos pigmentos, não há qualquer razão que permita excluir esta prática em Portugal, uma vez que ela é comum nas vizinhas regiões peninsulares.

No interior das igrejas, além da pintura mural figurativa, tapeçarias coloridas cobriam, por vezes, os muros internos. Sobre os altares pontuavam cruces, relicários, cálices, candelabros e retábulos esculpidos. Os frontais de altar eram fabricados com variadas matérias, como a madeira pintada, a prata ou o ouro, ou ainda os couros gravados e policromados a dourado, azul e vermelho, frequentes na Península Ibérica.

Os retábulos mais precoces, que a documentação testemunha de forma inequívoca, remontam à primeira metade do século XI, embora haja indícios que o seu aparecimento se tenha dado à volta do ano 1000. Se no século X apenas eram admitidos sobre a mesa do altar o cálice, a cruz e livros litúrgicos, este princípio foi sendo gradualmente alterado com a colocação de relicários e imagens esculpidas de Cristo, da Virgem e dos santos. Os séculos XI e XII representam uma época de florescimento da ourivesaria na Europa, cujo campo mais importante foi o dos objetos litúrgicos.

O altar-mor da catedral de Santiago de Compostela recebeu, em 1100, um cibório, em 1105, um frontal de prata dourada e, em 1135, um retábulo, por vontade do arcebispo Diego Gelmírez (episc. 1100-1139). Deste conjunto, que desapareceu no século XVII, conserva-se um desenho da autoria de J. Vega y Verdugo, realizado cerca de 1606, e uma descrição na *Historia compostelana*. Estes elementos permitiram a Serafín Moralejo e a Justin Kroesen proporem uma reconstituição hipotética em 1980 e em 2009, respetivamente.

Correspondendo o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185) à época mais erudita e monumental da arquitetura românica construída em Portugal, não faz sentido que as outras artes não tivessem acompanhado este movimento. É, no entanto, muito escasso o espólio de objetos de ourivesaria e outros metais, datados com segurança da época românica, que se conservam. A escultura de vulto, os retábulos e outros elementos do mobiliário litúrgico são residuais ou mesmo inexistentes em Portugal. Contudo, a documentação da época garante a sua prolixa existência.

Na documentação portuguesa, as referências documentais a frontais de altar, designados “frontalem”, datam do século X. É bem conhecido o testamento de Mumadona Dias que, entre os vários bens que doa ao mosteiro de Guimarães, em 959, oferece “frontales”. Neste caso, tratam-se provavelmente de frontais em tecido, uma vez que estão referidos juntamente com a paramentaria e não com os objetos de ourivesaria ou de outros metais.

No documento que diz respeito às obras e doações que o bispo de Coimbra, D. Miguel de Salomão (episc. 1162-1176), fez em favor da sua catedral, encontramos matéria que permite



Mosteiro de Ermelo (Arcos de Valdevez).  
Fachadas ocidental e sul.

distinguir um frontal de altar (“tabula de ante altare”) de uma “tabula de super altare”, ou seja, um retábulo. D. Miguel pagou ainda a pavimentação das absides com boas lajes quadradas, o altar ou o conjunto que o altar integrava, e frontais de altar, um dos quais dourado e fabricado por mestre Ptolomeu. A elevada soma paga por D. Miguel parece indicar que o frontal foi fabricado em material precioso.

O bispo de Coimbra mandou ainda aumentar a “tabulum altaris” de prata e encomendou um retábulo com a representação da Anunciação. São várias as peças de ourivesaria encomendadas por D. Miguel de Salomão. Destacamos a cruz de ouro feita em honra da Santíssima Trindade e da Virgem, em cujo altar devia estar permanentemente. Na base da cruz guardava-se uma partícula do Santo Lenho ladeado pelas imagens de Nossa Senhora e de São João Evangelista, iconografia habitual na representação do Calvário. Outros exemplares demonstram a riqueza e o aparato das alfaías litúrgicas da sé de Coimbra durante o episcopado de D. Miguel. D. Afonso Henriques, além de um cálice de ouro puríssimo, também ofereceu à catedral “tábuas de altar” em prata.

O altar-mor da sé de Coimbra estava ainda realçado e coberto por baldaquino e dossel apoiado em quatro colunas, do qual pendia uma pomba de prata que servia para guardar a reserva eucarística. Com os frontais em prata dourada e o retábulo da Anunciação deveria apresentar um aspeto algo semelhante ao conjunto equivalente da catedral de Santiago de Compostela.

22 Considerando que as obrigações e práticas mais importantes do clero catedralício são os “serviços do altar e do coro”, faz sentido pensar que ambos fossem os lugares com maior destaque na catedral. A descoberta e a reconstituição do coro pétreo da autoria do mestre Mateus, bem conhecido e documentado principalmente pelos trabalhos de Otero Túñez e Yzquierdo Perrín, veio colocar o tema dos coros da época românica no centro da investigação. O cadeiral em pedra ocupava os três primeiros tramos da nave central (contados a partir do transepto), a que se acrescia mais um tramo com os altares, tumulações e ainda o “leedorio” onde se efetuavam as leituras litúrgicas. A escultura do coro, de grande qualidade formal e erudito programa, conserva partes da policromia original.

Depois de consultados os testamentos do clero da sé de Coimbra, lavrados entre 1104 e 1324, o *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (vulgarmente chamado *Livro das Kalendaras*) e parte da documentação do *Livro Preto: cartulário da sé de Coimbra*, cremos ter encontrado alguma informação, ainda que muito parcelar, que nos permite situar o coro românico da sé de Coimbra nos dois tramos, próximos do transepto, da nave central. O aparato do altar, a presença de um coro e de diversa tumulária são exemplos do rico arranjo interno da catedral coimbrã.

A construção do mosteiro de Santa Cruz (1131) e a edificação românica da sé conimbricense testemunham quanto a cidade de Coimbra desempenhou um importante papel no processo de formação e afirmação do reino, aspeto já bem desenvolvido pela historiografia medieval portuguesa. Foi igualmente em Coimbra que o românico português assumiu as suas expressões mais eruditas, sendo também um dos focos onde a arquitetura românica mais cedo se implantou. O dinamismo da cidade, capital do reinado de D. Afonso Henriques, está bem patente na arquitetura do século XII que traduz a riqueza e a estabilidade política de então.

E é, precisamente, na cidade de Coimbra que encontramos uma das fontes que alimentou o românico da bacia do Sousa, que, irradiado a partir da fábrica do Mosteiro do Salvador de

Paço de Sousa (Penafiel) criou aquilo que Manuel Monteiro classificou como “românico nacionalizado”. Esta corrente arquitetónica do românico português caracteriza-se, em linhas muito gerais, pelo seu carácter tardio (cujos edifícios datam, na sua maior parte, do século XIII, aspeto compreensível se tivermos presente que em muito derivam do foco coimbrão já plenamente constituído) e, sobretudo, pela conjugação de diversas influências (algumas das quais de origem estrangeira) que, casadas com as preexistências locais, criaram uma linguagem plástica muito peculiar e muito circunscrita a uma região precisa, aspeto que não invalidou, contudo, que a partir dela se disseminassem os seus elementos definidores para as regiões vizinhas, como as bacias do Tâmega e do Douro. A ela voltaremos mais adiante.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Vista geral.

## ROMÂNICO E TERRITÓRIO: AS BACIAS DO DOURO E DO TÂMEGA

**P**ara a compreensão da arquitetura que a época românica nos legou é por demais significativo o estudo da sua relação com a paisagem, entendida enquanto território. Embora durante muito tempo a historiografia sobre a matéria tendesse a afirmar a paisagem envolvente dos edifícios, caracterizando-a de uma forma geral no seu bucolismo ou num pretenso carácter rural, a verdade é que desde os trabalhos desenvolvidos por Carlos Alberto Ferreira de Almeida se tem antes tentado analisar essa mesma paisagem enquanto território. De facto, referindo-se a noção de “paisagem” a uma porção de “território” que se abrange num lance de olhos, a sua utilização no âmbito da compreensão da arquitetura da época românica torna-se bastante mais restrita que o próprio conceito de “território”, este relativo a uma grande extensão de terra.

Ao longo da história da arquitetura, e particularmente durante a época românica, o território tem de ser entendido enquanto agente, nas suas mais amplas vertentes: antropológica, orográfica, geográfica, hídrica, económica, demográfica, religiosa, etc. De facto, é o casamento de todas estas condicionantes que vai ditar a dimensão e a forma dos testemunhos arquitetónicos edificados durante a época românica. Devemos à sua conjugação e à sua evolução cronológica a afirmação, as transformações ou, em último caso, o abandono destas estruturas ao longo dos tempos.

Na bacia do Sousa estes aspetos tornam-se por demais evidentes. Não foi por acaso que os monges beneditinos escolheram uma terra baixa, onde era frutuosa a agricultura de regadio e a abundância de água, para a implantação do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras). Acrescente-se o facto de que o território envolvente integrava a chamada terra de Sousa e, embora este Mosteiro estivesse mais ligado aos senhores de Barbosa e de Tougues, alguns dos bens fundiários dos Sousa foram dados a Pombeiro. Estes eram ainda bastante consideráveis apesar das partilhas hereditárias realizadas em meados do século XIII. Da prosperidade deste Mosteiro decorreu também, em grande parte, a de toda a região.

24



Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras). Vista geral.

De igual modo, também a implantação do Mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) tem vindo a ser entendida enquanto um exemplo conseguido daquilo que em tempos foi um típico estabelecimento de raiz agrária, arraigado num vale aberto, enquadrado por campos agrícolas e casais rurais dispersos. Além disso, os seus direitos patronais eram partilhados por algumas das famílias estabelecidas na região, dominada pela velha nobreza condal dos senhores de Sousa e dos de Ribadouro.



Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira). Fachada sul.

Em tempos, Alexandre Herculano valorizou a importância que os mosteiros tiveram na Idade Média enquanto povoadores de lugares desabitados, sendo que na sua órbita a população e os arroteamentos rapidamente cresciam. Tal como em terras de Sousa, a fundação de alguns mosteiros nas bacias do Tâmega e do Douro tem de ser entendida com a mesma lógica. Tanto o Mosteiro de Vila Boa do Bispo como o de Vila Boa de Quires, ambos no Marco de Canaveses, integram-se no grupo de mosteiros que foram edificados ao longo do século XI, naquela que foi a *civitas* de Anegia. É difícil delimitar com precisão a extensão deste território que se estendia, a norte do Douro, por quase todo o concelho de Baião, por todo o concelho do Marco e grande parte dos concelhos de Penafiel, Paredes e Gondomar e que, a sul deste rio, ocupava a área do concelho de Castelo de Paiva e ainda uma grande parte (lado norte) dos concelhos de Arouca e Cinfães. Não podemos esquecer-nos do seu carácter estratégico enquanto lugar de passagem desta via fluvial, na sua confluência com a foz do Tâmega. Para José Mattoso, a terra de Anegia, cuja sede se situava num promontório em Entre-os-Rios (Eja, Penafiel), apresentava todavia, nos séculos imediatos, um conjunto de condições favoráveis à vida monástica: acidentada, pouco frequentada pelos viajantes, habitada por uma população bem enraizada, recentemente arroteada ou repovoada.



No concelho de Amarante, Freixo de Baixo, Mancelos e Travanca são mosteiros cuja fortuna pode ser entendida na sua íntima relação com o incremento da atividade agrícola do território envolvente. Em torno do primeiro, implantado num vale onde circulava grande parte do trânsito entre o Minho e Trás-os-Montes, ainda se vive um ambiente rural: vinhas de enforcado, retalhos de cultivo, manchas de arvoredo. Mancelos ergue-se na orla da veiga do ribeiro da Cruz e afirmou-se como testemunho do interesse dos poderes senhoriais e eclesiásticos em administrar a região. Já Travanca transpira, na sua própria fábrica arquitetónica, a sólida capacidade financeira da agricultura da região que envolveu o Mosteiro e as sucessivas pretensões dos homens a ele ligados ao longo da história. O que deste Mosteiro medieval remanesce espelha a crescente influência que a instituição monástica teve no controlo económico, político e religioso da região. A Igreja do Salvador de Lufrei (Amarante) situa-se num fértil vale junto à confluência de dois pequenos cursos de água, embora a maior parte das paroquiais surja edificadas em outeiros ou cumes mais ou menos elevados.

Em Resende, edificada a meia encosta, a Igreja de São Martinho de Mouros, que em tempos medievos foi do padroado real, testemunha ainda hoje a organização da paróquia medieval: “ager” (destinado ao cultivo), “saltus” ou “souto” (carvalhos e castanheiros, ou seja, as folhosas) e “monte” (para o pastoreio). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, tal repartição, afirmada como um “micro-agro-silvo-sistema”, satisfazia um equilíbrio entre a produção de cereais, no inverno, e, no verão, as ervas e os pastos para o gado, juntamente com as madeiras e o vergasto para a casa, as bolotas e as castanhas para a engorda dos porcos e os matos para a corte, lenha para a fogueira e para o forno. Este sistema foi atingido pelos fins do século XI e chegou ao clímax antes dos meados do século XIII.

Voltando aos mosteiros, não podemos esquecer o de Santa Maria de Cárquere (Resende), edificado na margem esquerda do rio Douro, também a meia encosta, num esporão sobre o vale do Corvo, em localização não muito exposta. Tal implantação poderá estar associada à preexistência de um antigo assentamento eremítico, sucedido por uma ermida e depois por um santuário. A narrativa assume-se como indício de sacralização. As lendas urdidas pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho (cura de D. Afonso Henriques pela Senhora de Cárquere ou a da Senhora Branca enquanto intercessora dos recém-nascidos), que aqui governaram no espiritual e no temporal até ao século XVI, faziam parte de uma estratégia de consolidação e promoção que notabilizasse um património naturalmente apoiado por um extenso conjunto de bens fundiários e contributivos, numa vasta região a sul do Douro.

Erguida nas proximidades da estrada Porto-Penafiel, em local que em 1758 ainda se considera como “ermo”, isolado ou periférico ao burgo, a Capela da Senhora da Piedade da Quintá (Baltar, Paredes) assume-se como espaço de devoção comunitária ou patronal, enquanto elemento protetor e aglutinador do termo comunal. A sua implantação é muito expressiva: edificada segundo a orientação canónica, aproveitou parte da área agrícola para abertura dos seus alicerces. É, pois, natural que a sua origem fosse uma edícula destinada à veneração de entidade cristã propiciatória.

Valadares (Baião) é, como o topónimo recorda, vale fértil e de bons ares. A Igreja de São Tiago, além de constituir um excelente exemplo historiográfico da procura de ligação do românico à pai-



Mosteiro de Freixo de Baixo (Amarante).  
Vista aérea.



Mosteiro de Cárquere (Resende). Vista geral.

sagem, ostenta em si própria aquilo que pode ser entendido como símbolo de um desejo comunal de fertilidade: o coelho relevado na fachada principal, no lado norte, no arranque da empena.

Implantada a cerca de 500 metros de altitude, afastada dos canais de circulação paralelos aos cursos de água, a Capela da Senhora da Livração de Fandinhães (Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses) foi edificada seguindo a orientação canónica, não se abrindo, por isso, ao espaço humano e agrícola que supostamente deveria proteger. O seu percurso foi, pois, definitivamente marcado por esta distância e pelo avanço da humanização em direção ao vale e que culminou na transferência da sede paroquial para Paços de Gaiolo, extinguindo-se assim a de São Martinho de Fandinhães. A deslocação da população para locais de menor altitude poderá ter justificado a possível inconclusão da fábrica românica.

Edificada na margem esquerda do rio Tâmega, junto à ponte medieval que existiu em Canaveses, a implantação da Igreja de São Nicolau (Marco de Canaveses) não pode ser entendida sem a referência a este elemento viário e ao templo que, junto do mesmo, foi erguido na margem oposta e no cimo de um outeiro, a Igreja de Santa Maria de Sobretâmega (Marco de Canaveses). Apenas separadas pelo rio, a passagem da antiga via (hipotético percurso romano e, posteriormente, estrada medieval) explica, em parte, a localização de ambas as Igrejas, edificadas cronológica e geograficamente próximas.

A paroquial de Escamarão (Souselo, Cinfães) testemunha em si própria a importância alcançada por uma povoação situada sobre um outeiro, na confluência dos rios Paiva e Douro. Atrativa área de passagem, esta encontra-se no domínio temporal do mosteiro de Alpendorada (Marco de Canaveses), à sua vista, comunicando rapidamente, quer com o Porto, quer com o Douro interior. Parecia mais cómodo aos abades deste mosteiro beneditino atravessar o Douro



Igreja de São Nicolau (Marco de Canaveses). Fachadas ocidental e sul. Ao fundo, a Igreja de Sobretâmega (Marco de Canaveses).

para administrar, do que vencer os contrafortes montanhosos onde o próprio mosteiro se fixou.

Seria interessante confrontar a tipologia de origem da igreja (fundação eremítica, monástica, senhorial) com o lugar de implantação, nomeadamente a situação em relação a núcleos humanos, proximidade ou afastamento a linhas de água, cumes e outros elementos orográficos referenciais. Este trabalho exigiria um cruzamento de dados entre disciplinas não compatível com a presente investigação. Todavia, não podemos deixar de apresentar alguns elementos de conjunto no que respeita à posição das igrejas no território.

Desde logo, o cumprimento da orientação canónica, em que a cabeceira alinha a nascente e a porta axial a poente. Cerca de 80% das Igrejas estudadas respeitam em absoluto a orientação este-oeste, 16% distanciam-se um pouco daquela posição tendo sido edificadas no sentido sudoeste-noroeste e uma apenas (Veade, Celorico de Basto) sofreu, já no período moderno, a inversão do posicionamento da cabeceira, orientada a oeste ou, para sermos mais precisos, a sudoeste.

A implantação segundo a cota remete-nos para um tipo de fundação situado, em média, a 261 metros de altitude. A distribuição dos templos por altitude oscila entre os 540 metros (Valadares) e os 50 (Escamarão) e indica uma construção geralmente assente a meia encosta, ao longo dos vales. Uma parte considerável das Igrejas (10) foi edificada entre os 201 e os 300 metros de altitude.

Embora as Igrejas de Santa Maria de Sobretâmega e de São Nicolau de Canaveses expressem, na sua localização, uma íntima relação com o caminho para o qual abrem os seus pórticos, nem

sempre é fácil aferir de preexistências, capazes de relacionar a edificação dos templos e a presença de importantes canais de circulação. As profundas alterações do território, a demografia e as necessidades humanas que moldaram a paisagem segundo necessidades específicas, ou conjunturas económicas, impossibilitam que relacionemos os edifícios e até certos oragos (como São Tiago Maior) com estradas ou caminhos mais importantes. Todavia, não deixaremos de assinalar que subjacente à ideia de alguns dos fundadores de igrejas, primitivos eremitérios, que buscavam Deus na solidão dos vales, estava a distância à mundanidade e, portanto, aos caminhos, por onde circulavam perigos e desejos. De resto, ao contrário de uma certa ideia de mobilidade, estimulada pelo conceito atual de turismo, sobretudo na Idade Média as viagens eram realizadas pelos grandes: reis, bispos e senhores. No mundo rural viajava-se a medo e quase sempre dentro do espaço protetor dos termos comunais das aldeias e paróquias.

Nesse sentido, as pontes constituíam estruturas ao mesmo tempo grandiosas e ameaçadoras, sendo talvez por isso um dos edifícios mais cumulados com narrativas legendárias. Relacionando a sua construção com o diabo, com santos, reis e rainhas, o camponês, tantas vezes forçado a contribuir com fintas para a construção das pontes, construía a sua imagem das travessias pétreas, destinadas a transpor as fronteiras seguras da sua comunidade: locais perigosos. As pontes aproximavam margens desavindas, possibilitavam que agentes do rei efetuassem de forma célere e segura a coleta fiscal, abriam caminho para as tropas em marcha para a guerra e permitiam a chegada da fome e da peste.

No caso das cinco Pontes incluídas nesta fase e no novo território afeto à Rota do Românico, ou seja, o das bacias do Douro e do Tâmega, o seu estudo revelou infraestruturas de carácter local e regional, de construção moderna, sendo porém admissível que algumas substituam construções anteriores, de fábrica medieval. Excetuando a Ponte de Fundo de Rua (Aboadela, Amarante), que pode ser enquadrada no conjunto de travessias de importância suprarregional (assegurando a passagem entre o litoral e o interior transmontano através do Marão), as travessias da Veiga (Torno, Lousada), Arco (Folhada, Marco de Canaveses), Esmoriz (Ancede, Baião) e Panchorra (Resende) constituem exemplares de pontes pétreas, de um ou dois arcos, unindo as margens de cursos de água onde o caudal é ainda pouco expressivo. Serviriam, assim, interesses comunais, paroquiais ou municipais, devendo imputar-se às instituições e comunidades locais a sua edificação.

Os seus obreiros, procurando reproduzir os modelos antigos, criaram estruturas pouco complexas, com tabuleiro em cavalete (Arco e Esmoriz) ou horizontal (Panchorra), que possibilitassem o escoamento de pessoas e permitisse o trânsito de bestas e carros. Nesse sentido, expressiva na sua linguagem vernacular, a Ponte da Panchorra traduz uma necessidade de assegurar a passagem de veículos e gado ao termo comunal, numa área especialmente propícia ao pastoreio.

Caminhos, barcas ou pontes significam, pois, o resultado da ação régia na organização territorial, à medida que a sua máquina burocrática vai crescendo. Os legados para pontes, comuns na Idade Média, transformam-se, no período moderno, em obras institucionais ou particulares. Devemos assinalar, aliás, embora sem elementos documentais de monta, a relação entre certos mosteiros e as pontes edificadas nos seus territórios. De resto, não deixa de ser notável que D. Afonso Henriques tenha deixado nas mãos dos cistercienses de Tarouca um legado monetário



Ponte da Veiga (Lousada).  
Vista de montante.

para prossecução da obra na ponte do Douro (entre Barrô, em Resende, e Barqueiros, em Mesão Frio), ou que as travessias de Fundo de Rua, Veiga e Cavez (Cabeceiras de Basto) se encontrem no percurso dos bens fundiários do Mosteiro de Pombeiro.

Santos ou veneráveis construtores, ligados a ordens religiosas, como Gonçalo de Amarante ou Lourenço Mendes, sugerem a mão dos monges na disseminação de passagens, com interesses económicos e espirituais. Procissões e peregrinações marcaram a Idade Média, embora devamos contrariar o axioma antigo de que todos os caminhos vão dar a Roma (Itália). Ou a Compostela (Espanha). Os santuários locais regionais foram, com certeza, os catalisadores de grande parte do trânsito medieval e moderno. À Igreja do Mosteiro de Ancede (Baião) buscavam os pegureiros a cura para a raiva que o toque na “caveira santa” de um pretense monge operava; também em Ribas (Celorico de Basto) os vestígios orgânicos de um obscuro frei ou eremita operavam semelhante prodígio, e em São Cristóvão de Nogueira (Cinfães) o patrono providenciava contra o fastio. Embora as ermidas, pela sua localização por vezes isolada e propiciatória a epifanias (ou excessos), constituíssem santuários mais procurados, também algumas igrejas constituíam término de percursos de peregrinação. Mas se os caminhos eram espaço para buscar a salvação da vida, o sagrado, também eram locais de exclusão e morte.

Datáveis da primeira metade e dos meados do século XIII, os memoriais foram erguidos, em terrenos aparentemente isolados, embora com frequência junto a caminhos importantes, contrariando a tendência da época de localizar as necrópoles em espaço sagrado, na área de igrejas e ermidas. Além disso, correspondem geralmente ao enterramento dos “féis de Deus” que, de certa forma, tiveram morte acidental ou em duelo, estando assim eclesiasticamente proibidos de se sepultarem em locais sacralizados. Disso é seguramente testemunho o Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses).

O domínio senhorial de uma propriedade agrícola sente-se em Lordelo (Paredes), não só pela verticalidade evidente da Torre dos Alcoforados (edificada sobre um afloramento granítico), como também pelo controlo e vigilância proporcionado pelo balcão rasgado a nordeste. Na época românica era comum o aproveitamento de afloramentos graníticos enquanto fundamentos para edificação. Além deste exemplo, atente-se ao caso de São Martinho de Mouros e, mais flagrante ainda, ao do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto). Edificado no cimo de um cabeço, para melhor exercer o controlo territorial daquela que em tempos se designou por terra de Basto, este Castelo românico aproveitou para os seus fundamentos batólitos e afloramentos rochosos, aspeto que também testemunha a sua origem roqueira.

Como demonstram os exemplos aqui referidos, a escolha do lugar para a edificação de uma igreja (ou mesmo de uma estrutura funerária, habitacional ou militar) respondeu na época românica às possibilidades e às potencialidades que o território imediato oferecia. Estas refletem-se de forma evidente na própria estrutura, na dimensão, na ornamentação, enfim, no carácter dos testemunhos remanescentes e que os exemplares que integram a Rota do Românico bem ilustram.

## Devoções

Quando atrás nos referimos à qualidade de santuário de algumas igrejas, fizemo-lo assinalando alguns casos de relíquias, nomeadamente a caveira santa de Ancede ou o corpo de um obscuro monge ou eremita venerado em Ribas. Também em Vila Boa do Bispo tentou-se a elevação do antístite D. Sisnando aos altares. A semelhança com outro venerável homónimo, ibérico, do século X, parece ter influído nesta santificação local. Porém, à semelhança dos exemplos anteriores, não passava de uma frustrada e tardia estratégia de atração de fiéis peregrinos. As relíquias, que tamanha importância tiveram na Idade Média, incluso ao nível da planimetria eclesial, eram, nesta região, inexpressivas do ponto de vista cultural. Mas assumiram, como é evidente, o seu papel na dedicação dos templos, ainda que os oragos das igrejas manifestem uma preferência pelas figuras de Cristo e de Sua Mãe.



Mosteiro de Ancede (Baião). Igreja. Sacristia. Relicário. Cabeça Santa.

Efetivamente, sete Igrejas foram consagradas ao Salvador e 10 à Virgem, todas representativas da tradição dedicatória alti-mediéfica. No caso do Salvador, ainda que não possamos aferir da identidade da personagem venerada, que Pierre David chegou a considerar em alguns casos um obscuro mártir e não a personificação de Cristo, a própria igreja-instituição e o vulgo aceitaram a subversão e o culto prestado, que o transformou em apenas mais uma venerável entidade, juntamente com os restantes santos e santas, não obstante a divindade do Nazareno. Assim, surgiu a designação São Salvador, que passou pelas transformações de Santíssimo Salvador, Divino Salvador e hoje apenas o Salvador, de forma a acentuar a especificidade da substância divina de Cristo.

No caso das Igrejas analisadas, apenas a de Tarouquela (Cinfães) aparece titulada com o orago Santa Maria Maior, que salienta a primazia da Mãe de Cristo. O marianismo desempenhou um papel fulcral como expressão de várias necessidades, individuais e coletivas, a que se acorria segundo o seu papel maternal e protetor e as funções que lhe eram endossadas pelos fiéis – da Saúde, dos Remédios, etc.



Igreja de Tarouquela (Cinfães). Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. Virgem do Leite.



Igreja paroquial de Gondar (Amarante). Capela-mor. Retábulo do lado do Evangelho. Escultura. Santa Maria.

Na hierarquia das escolhas, encimada pelas invocações cristológica e mariana, seguiam-se os apóstolos. Um deles, Santo André, foi escolhido para o orago de três Igrejas (Ancede, Telões (Amarante) e Vila Boa de Quires), seguindo-se São Tiago (Valadares). É, contudo, São Martinho que rege o maior número de Igrejas na região (Fandinhães, Mancelos, São Martinho de Mouros e Soalhães (Marco de Canaveses)). Quer se trate do bispo de Tours (316-397) ou do seu homónimo, prelado de Dume (século VI), a presença de ambos, como titulares de igrejas, deixa entrever o avanço da cristianização da ruralidade e a consolidação do movimento da Reconquista.

Excêntricos no contexto deste território são, de certa forma, os oragos de São Nicolau (de Canaveses), Santo Isidoro (de Canaveses), São Cristóvão (de Nogueira) e São João Baptista (de Gátão (Amarante)). Cada um deles pode corresponder a necessidades específicas, ditadas pelas comunidades que os tomaram por patronos. De facto, quer no caso de São Cristóvão (que sucede a “São” Salvador), quer no de São Nicolau, remetem-nos para dedicações tardias, sendo as suas Igrejas incluídas na categoria de “românico de resistência” ou “gótico rural”, expressões materiais desta temporalidade que anuncia a fixação dos limites paroquiais num reino em consolidação.

Foi, contudo, a devoção mariana que parece ter sobressaído, ainda durante a Idade Média, entre as demais. Expressão desta homenagem filial que lhe foi rendida pelos devotos paroquianos e, em alguns casos, peregrinos mais afastados, são as esculturas, na sua maioria góticas, que sinalizam um período particularmente fecundo na realização de imaginária devocional pública. Estando a Virgem do Leite, sentada, de Gondar (Amarante), no topo desta expressão do marianismo, misto de formalismo rígido da majestade românica e da compassividade gótica, destacamos ainda as Virgens goticizantes de Sobretâmega e de Jazente (Amarante), a Virgem Branca de Cárquere e a própria invocação patronal deste primitivo convento de cónegos regrantes que ao longo da sua história atraiu inúmeros peregrinos. Cada uma destas imagens constituiu, de certa forma, uma alternativa à escassez de relíquias, sendo frequentemente procuradas para que, através do toque, contacto ou da extração de elementos materiais, pudessem assegurar maior eficácia na intervenção divina.

## Nobreza senhorial do Tâmega e Douro

O *Livro velho de linhagens* adverte, no prólogo, sobre a necessidade de se conhecer a ascendência dos homens fidalgos, de forma a evitar maus casamentos e desvios ao estatuto, mas também a assegurar o conhecimento e, de certa forma, o respeito sobre os vínculos da nobreza a “coutos, honras, mosteiros e igrejas”.

Não podemos esquecer a atração que, na Idade Média, se fazia sentir, por parte da nobreza senhorial, relativamente à fundação e dotação de mosteiros, tornando-os igrejas próprias e panteões linhagísticos. É, aliás, bem conhecida a relação entre as famílias nobres e as ordens religiosas. Para José Mattoso, uma qualquer ordem era tanto mais bem sucedida quanto os seus interesses coincidissem com os da classe dominante ou, mesmo, do clero. Além disso, a ligação de uma família a uma comunidade religiosa constituía um importante sustentáculo do seu prestígio, sobretudo aos olhos da população local de condição inferior.

Embora, como temos vindo a frisar, a heterogeneidade geográfica e paisagística do território em abordagem nos não permita uma leitura histórica de conjunto, é, contudo, possível fazer uma breve caracterização dos movimentos linhagísticos neste espaço particularmente apetecível para um conjunto restrito das elites “terra-tenentes” do Portugal em construção. De facto, um conjunto notável destas movimentava-se ao longo dos vales do Tâmega e do Douro.

Se, por um lado, o Douro foi sempre uma notável linha divisória, que separava realidades sociais e demográficas em alguns troços e margens particularmente distintos, por outro, neste território, delimitado *grosso modo* pelos contrafortes do Marão e do Montemuro e ao longo do vale do Tâmega, confrontaram-se e uniram-se famílias em busca de controlo administrativo, tributário e fundiário. Instrumentos desta estratégia foram os mosteiros, fundados e dotados por certos indivíduos pertencentes a clãs da pequena, média ou alta nobreza local ou regional.

O mesmo *Livro velho de linhagens* encontra-se repleto de alusões a cavaleiros e outros leigos que fizeram mosteiros ou neles se mandaram enterrar ou neles fizeram ingressar os seus filhos e filhas: os Gascos e os senhores de Ribadouro em Vila Boa do Bispo, Tuíás (Marco de Canaveses), Alpendorada e Cárquere; os Portocarreiros e FONSECAS em Mancelos e Ermida do Douro (Cinfães). E, mais a norte, os Guedões, e a partir deles Aguiares e Alcoforados, ou Moreiras ligavam-se a igrejas e ao próprio Castelo de Arnoia. Linhagens menores ou menos expressivas no contexto regional não deixaram de participar na fundação de igrejas próprias ou familiares e mosteiros, como nos casos paradigmáticos de Tarouquela e Fandinhães. Mas dentro deste complexo sistema de famílias, que nos séculos XII a XIV concorriam entre si para obter o prestígio regional e junto da corte de um país em construção, é por vezes difícil compreender o avanço ou recuo das estratégias linhagísticas.

De uma forma esquemática e segundo o traço de A. Almeida Fernandes e José Augusto Sottomayor-Pizarro, este território congregava, desde o século X, os interesses de três estirpes fundamentais: os Sousões juntamente com Guedões, entre o Ave e o Tua, controlando o curso do Tâmega a norte; os Gascos no curso terminal do Sousa, ao longo do Douro sul até ao Távora, e os Baiões, num pequeno enclave apertado entre o Tâmega e o Douro. Destas áreas de influência



Mosteiro de Mancelos (Amarante).  
Cruzeiro e fachada ocidental.



fracionaram-se as famílias que, nos séculos XII a XIV, deterão ainda vários direitos nas igrejas e mosteiros da região, alguns da sua fundação ou dentro da sua esfera de domínio e dotação.

Arrogando-se a direitos de pousada ou comedoria, recolhendo os tributos e colocando à frente dos cenóbios elementos do seu clã ou indivíduos da sua confiança, a Igreja foi confrontada com casos de abusos por parte da nobreza – abusos que se multiplicavam pelo número de descendentes do casal fundador ou do instituidor, como nos exemplos já citados de Mancelos ou no caso de Tarouquela, cujas abadessas lutaram para terminar certos excessos de pretensos familiares ou defender uma das partes, mormente os direitos da sua linhagem. Efetivamente, os mosteiros eram amiúde o reflexo da luta pelo poder que se fazia no território, entre casamentos e extinções de linhas sucessórias que podiam reforçar estatutos ou levá-los à ruína. Os exemplos para um e outro caso são inúmeros, mas a situação dos Resendes, cujo panteão se situava em Cárquere, parece paradigmático. A sua ascensão e queda reproduz o percurso de muitas famílias da Idade Média, enredadas em contendas, integrando por vezes o partido errado nas lutas de corte, ou a par com uma extinção das suas linhas agnáticas que arredava o apelido e a representação masculina – tão importantes símbolos na sociedade de então. Esta nobreza, belicosa, fazia das casas-torre, como a dos Alcoforados, o seu bastião, arremedando entre si e mesmo afrontando o poder régio, então em ascensão e consolidação.

A caminho da Época Moderna, as três principais estirpes fracionaram-se em linhagens e a multiplicidade de apelidos, grande parte deles gizado a partir da toponímia, revelam os lugares e os solares de onde as “novas” famílias dominarão o seu património: os já referidos Resendes, os Baiões, os de Ribadouro, etc. E embora os direitos nas igrejas e mosteiros venham a ser coarçados pela igreja-instituição, o direito de padroado e outras regalias continuaram a opor a Igreja

34



Igreja de Tarouquela (Cinfães). Fachadas sul e oriental.

à nobreza. Por exemplo, contra o Mosteiro de Ancede foram várias vezes os senhores de Baião, requerendo padroados e direitos, como o de portagem na feira de Ermelo (Baião).

Francisco Craesbeeck, memorialista do século XVIII, lançando mão da epigrafia tumular, vai encontrar muitos descendentes das velhas linhagens medievais sepultando-se nas igrejas, manifestando nelas o seu estatuto e a sua posição através de capelas, pedras de armas e do já referido direito de padroado. Embora o padroado laico fosse, em setecentos, inexpressivo, verificava-se em Valadares, onde entravam os senhores de Baião, e em Tabuado (Marco de Canaveses), os Barros. No século XVI, a Igreja de São Martinho de Mouros permanecia sob o domínio dos condes de Marialva, sendo mais tarde integrada no património da Universidade de Coimbra. Mais comum era o padroado institucional, como o das comendas, onde a nobreza não deixava de intervir. Assim, os poderosos Pintos da Fonseca superentendiam em Veade (aqui através da ordem de Malta) e a ordem de Cristo em Gondar, Ribas, Vila Boa de Quires e Lufrei.

Embora o direito de padroado exigisse a contribuição para a fábrica e objetos litúrgicos afeitos à capela maior, algo que a nobreza nem sempre cumpria, como na queixa que faz o abade de São Cristóvão de Nogueira na sua memória de 1758, poder indicar o pároco, comer alguns dos seus réditos e, através de campanhas artísticas, deixar a sua marca, conferia prestígio e poderes ao senhor de tal benefício. Daí que as grandes reformas modernas das velhas igrejas medievais tenham, por vezes, o cunho dos seus padroeiros, que dirigiam ao espaço eclesial artistas e artífices da sua confiança e dos principais centros culturais que, pelo seu estatuto, conheciam e admiravam. Particularmente expressivo deste movimento é a campanha de frescos nas igrejas da região do Marão, associadas a figuras da família dos senhores de Baião, como no caso de Valadares, onde um abade quatrocentista, João Camelo de Sousa, mandou revestir a sua capela-mor com uma extraordinária profusão de temas hagiográficos.

35



Mosteiro de Ancede (Baião). Vista aérea.

## TESTEMUNHOS ROMÂNICOS NO TÂMEGA E DOURO

### Cronologias

Muito embora o estudo da arquitetura da época românica esteja condicionado pelo facto de praticamente não existirem fontes documentais que atestem a fundação ou a edificação de mosteiros, igrejas ou edifícios civis (de que o já referido documento do *Livro Preto: cartulário da sé de Coimbra* é uma notável exceção), a verdade é que existem outras fontes que, de forma indireta, nos permitem balizar os testemunhos em estudo num possível intervalo cronológico.

Em primeiro lugar, refiram-se as Inquirições, inquéritos de grande escala ao estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central e efetuados nos séculos XIII e XIV, cadastro, embora muito imperfeito, da propriedade, da distribuição demográfica e dos rendimentos gerais do Reino. Se as *Inquirições de 1220*, ordenadas por D. Afonso II (r. 1211-1223), incidiram sobre a diocese de Braga, já as ordenadas por D. Afonso III (r. 1248-1279), em 1253, abarcaram um território mais amplo (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta), além de terem sido seguidas, durante todo o reinado, por inquirições particulares a vários reguengos, termos, concelhos e julgados. Tendo em conta a escassez de documentação que temos para a Idade Média portuguesa e, mais especificamente, no que toca à história dos edifícios que ela nos legou, as Inquirições são, pois, uma das fontes mais significativas para o seu estudo.



Igreja de Ribas (Celorico de Basto). Fachada ocidental.

Apesar de a tradição atribuir uma origem monástica à Igreja do Salvador de Ribas (Celorico de Basto), a verdade é que em nenhuma destas Inquirições se refere o carácter cenobítico do espaço, nem se alude a quaisquer interferências dos cónegos regentes de Santo Agostinho. Para a próxima Igreja de Santa Maria de Veade (Celorico de Basto), nas *Inquirições de 1258* é referido o nome de D. Dórdia Peres de Aguiar, mais conhecida por ser mãe do mestre de Santiago, D. Peres Paio Correia, o que nos indicia, desde logo, a ligação da linhagem dos Guedões a esta Igreja. São também estas últimas Inquirições que nos informam que o monarca era então o patrono e o apresentador da Igreja de São Martinho de Mouros (Resende).

A listagem de 1320-1321 sobre o pagamento das décimas eclesiásticas a favor das Cruzadas, pedidas por D. Dinis (r. 1279-1325) ao papa João XXII (p. 1316-1334), é um bom indicador da importância económica das Igrejas em estudo. Embora não nos permita aferir da dimensão física das Igrejas e complexos monásticos, a percentagem paga sobre os bens eclesiásticos permite avaliar do seu estatuto financeiro e, portanto, a capacidade para levar a cabo um maior ou menor investimento artístico e arquitetónico. Embora não existam estudos que confrontem as quantias tributárias pagas com o seu estatuto (abadia, capelania, etc.) e a sua distribuição no território nacional, parece confirmar-se que uma percentagem menor de imposto tributado equivale a uma pequena igreja, em alguns casos curato, capelania ou filial, e que as grandes quantias são pagas pelos mosteiros e abadias mais proeminentes de que a robusta estrutura românica é prova.

Existe, no entanto, outro elemento que, tendo subsistido, surge como uma importante fonte para a datação dos testemunhos remanescentes. Falamos das epígrafes. Umhas apenas contendo a data inscrita, outras fornecendo mais dados, a verdade é que estas são um dos mais preciosos elementos de datação da arquitetura românica portuguesa. Além disso, embora por vezes ostentem apenas a data, a sua localização pode ser um bom indicador da conclusão de um edifício ou de uma das suas fases construtivas. A alusão ao ano de 1385 (Era de 1423) numa inscrição, já com caracteres góticos, colocada ao lado do portal principal da Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão (Cinfães) é um fiável indicador da cronologia tardia da sua edificação, que, ao que pensamos, poderá ter sido concluída já no terceiro quartel do século XIV. A existência de datações mais precisas permite ainda, por comparação, datar edifícios que, nas proximidades, apresentem características idênticas. Mais precisa é a inscrição que em Ribas, usando a expressão “iste fecit”, nos indica o ano de 1269. No entanto, por estar hoje descontextualizada, não podemos precisar se alude à conclusão de uma parte da Igreja ou da sua totalidade, embora sejamos da opinião de que esta última hipótese é a mais provável, tendo em conta toda uma série de argumentos estilísticos e estruturais. De facto, no conjunto dos edifícios estudados, esta Igreja de Celorico de Basto destaca-se pela homogeneidade que a sua fábrica arquitetónica denuncia, particularmente visível ao nível do exterior (já que o interior se encontra mascarado por elementos de outras épocas). Todavia, neste caso, homogeneidade não significa atavismo. Muito pelo contrário. A Igreja de Ribas, edificada à roda de meados do século XIII, é um excelente exemplo de que, resistindo as formas românicas, há, no entanto, uma evidente recetividade às novas formas góticas, como testemunha a grafia desta inscrição.

Em Tarouquela (Cinfães) há vestígios de uma inscrição na cabeceira, que se truncoou e que em parte foi reaproveitada no cunhal sudeste da torre sineira. Indica-nos o ano de 1214 (Era

de 1252). A sua colocação original pode querer memorar a sagração da Igreja (pois estando já edificada a cabeceira podia-se nela praticar os mais variados atos litúrgicos) ou a conclusão de alguma das suas fases construtivas e, nesse caso, precisamente a da cabeceira. Em São Martinho de Mouros encontramos uma situação idêntica: na parede exterior da capela-mor, do lado norte, vê-se ainda gravado o ano de 1217 (Era de 1255).

Além de nos fornecerem datações precisas, estes exemplos epigráficos confirmam o caráter tardio dos testemunhos românicos remanescentes nas bacias do Tâmega e do Douro, aspeto aliás comum ao românico do Vale do Sousa. A sua cronologia centra-se particularmente no século XIII, embora tenhamos identificado testemunhos que chegam mesmo ao século seguinte. É, pois, neste contexto que devemos compreender o reaproveitamento de uma inscrição (inédita) no interior da capela-mor de São Tiago de Valadares (Baião), no lado do Evangelho. Lendo-se nela o ano de 1188 (Era 1126), apesar da sua posição invertida, confirmamos que esta arquitetura românica tardia que agora estudamos veio em parte substituir edifícios preexistentes.

A inscrição que, em Veade, alude à morte de D. Dórdia Gomes, em 1159, não se encontra seguramente no seu local primitivo. A sua permanência numa fábrica construtiva muito transformada durante o século XVIII, mas que reaproveitou parte dos paramentos laterais românicos, pode ser entendida enquanto vontade de afirmar um determinado valor histórico da edificação (ou até da pessoa a quem tem vindo a ser atribuída a fundação da primitiva instituição monástica que esteve na origem desta paroquial).

Embora hoje não se conheça o seu paradeiro (o que não nos permite aferir da sua veracidade histórica), a verdade é que, em finais do século XIX, se fez referência à existência de uma inscrição com a data de 1180, em Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Conquanto a fábrica atual desta Igreja nos remeta para o segundo quartel do século XIII, em 1118 já há referências documentais ao “monasterium que dicent Villa Bona de Queiriz”.

Em Mancelos (Amarante), num silhar avulso colocado num espaço anexo à Igreja, lê-se o ano de 1166 (Era de 1204). Apesar desta inscrição nada nos indicar sobre a natureza do evento comemorado, além de que se encontra descontextualizada, a verdade é que a sua qualidade epigráfica leva a crer que reporte a um qualquer momento importante da história do Mosteiro, talvez a sagração ou a dedicação da fábrica românica da Igreja. Todavia, os vestígios românicos remanescentes levam-nos para uma cronologia posterior, datável já do século seguinte.

Devemos destacar um outro aspeto que corrobora esta cronologia tardia do românico das bacias do Tâmega e do Douro. Em muitos dos edifícios em estudo encontramos pedras sigladas que, por si só, constituem um elemento temporal mais próximo da arquitetura classificada como de gótica por adotarem formas alfabéticas. Além disso, são estas marcas de pedreiro que nos informam dos reaproveitamentos de silhares românicos em algumas transformações de épocas posteriores. Disso é exemplo a parede fundeira da abside de Tarouquela. No interior da sua capela-mor e na abóbada de Barrô (Resende), as siglas são facilmente identificáveis, tal como acontece nas aduelas das arquivoltas do portal sul de Vila Boa de Quires.

Por fim, não podemos deixar de fazer uma breve referência ao Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), edifício rico em inscrições de cariz funerário. Embora realizado *a posteriori*, o letreiro que coloca o passamento do bispo D. Monio Viegas, o Gasco, em 1022, procura

memorar o nome daquele a quem tem vindo a ser imputada a fundação deste Mosteiro, assim como a sua antiguidade. Só em meados do século XII se documenta a presença dos cónegos agostinhos no Mosteiro de Vila Boa, a quem se deverá a edificação (ou reformulação) da Igreja, cujos testemunhos românicos ainda visíveis nos falam da transição para o século seguinte.



Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), Fachada ocidental.

Como se tem vindo a ver, o estudo dos dados documentais, associado aos dados que a epigrafia nos fornece, permite atribuir uma datação mais precisa aos edifícios que estudámos, podendo, a partir daí, tentar construir a sua história. Tal facto não invalida que a muitos deles se associem lendas e tradições que ainda hoje constituem elementos dinamizadores e atrativos sobre os mesmos. Como indica o próprio topónimo, a história de Vila Boa do Bispo não pode ser apartada da tradição que afirma o martírio do bispo D. Sisnando, cuja tumulação estará na origem do Mosteiro. A Vila Boa juntou-se, mais tarde, o epíteto de “do Bispo”. Devemos aos cónegos crúzios a divulgação desta lenda durante a Época Moderna, assim como a de Cárquere (Resende) alusiva à cura de D. Afonso Henriques. Também em Ribas, e possivelmente pelas mãos de cónegos da mesma ordem, a tradição e certas crónicas associaram à fundação desta Igreja certa narrativa com tópicos comuns a outras fundações: o bispo que busca o local miraculoso, o eremita escolhido para mostrar os sinais, etc.

Por mais incrível que pareça, conta-se que a Igreja de São Martinho foi construída numa só noite pelos “Mouros”. Também estes últimos se ligam à história de São Cristóvão de Nogueira (Cinfães) por terem mudado de lugar a primitiva igreja, também numa só noite.

Mas não se pense que tal se passa só com a arquitetura religiosa. Tal como acontece com uma série de outros castelos, a lenda da tomada do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto) ainda hoje apresenta vigor entre as gentes do local, assim como o feito lendário de Martim Vasques da Cunha, cujas consequências durante muito tempo explicaram o estado de abandono a que foi votado esta estrutura militar.

Este *corpus* de narrativas, ainda que exageradamente utilizado pelos monógrafos locais, ajuda, por vezes, a justificar a escolha da implantação do edifício, a sua importância em contextos local e regional e a explicar ligações com determinadas linhagens ou famílias.

## Arquitetura religiosa

**A** par destes dados, uns mais verosímeis, outros mais fantasistas, devemos realçar o mais importante documento: o edifício em si próprio. Claro que poucas foram as igrejas românicas que chegaram aos nossos dias tal como foram concebidas. Quer porque demonstrassem um certo estado de degradação, quer por simples vontade/necessidade de atualização de gosto ou da liturgia, a verdade é que a maioria sofreu profundas alterações, ao longo dos séculos, na sua estrutura e na sua ornamentação. A transformação da arquitetura é uma realidade que tem de ser entendida de forma contextualizada.

Em Cárquere identificamos dois momentos significativos de transformação da fábrica arquitetónica: durante a época gótica substituiu-se a cabeceira primitiva (conforme atesta a composição da sua abóbada e a janela mainelada) e, pouco mais tarde, já sob o gosto que se disseminou durante o reinado de D. Manuel I (r. 1495-1521), foi realizada uma profunda intervenção no corpo da Igreja que, estilisticamente identificada pelos portais norte e principal, mascarou a fábrica românica, reaproveitando-a.

Assim, no estudo da arquitetura da época românica há que ter constantemente presente este aspeto. Ao longo dos séculos reconheceu-se o valor, a robustez e o carácter/qualidade dos seus paramentos, o que permitiu a sua perduração. Na área geográfica das bacias do Tâmega e do Douro encontramos vários exemplos em que se sente, digamos assim, um respeito pela estrutura preexistente o que não invalidou que fosse aquela mascarada das mais diversas formas. Além de Cárquere, devemos referir a possibilidade de, em Fervença (Celorico de Basto), o mesmo ter ocorrido, em parte, já na década de 1970. As proporções da nave relativamente à cabeceira o poderão indiciar. Mas, se tal não ocorreu, pelo menos houve um evidente reaproveitamento de materiais prévios conforme atesta a natureza dos paramentos exteriores. Vila Boa do Bispo, confirma-se, é um caso flagrante do aproveitamento que a Época Moderna fez das fábricas medievais. É mais fácil e económico adaptar do que demolir e construir de novo. Nesta Igreja de origem monástica, os testemunhos românicos que hoje apreciamos veem-se através de janelas que as mais recentes intervenções de restauro rasgaram, contrastando assim com o reboco que intervenções já deste milénio acrescentaram a esta Igreja. Estes destacam-se quer na fachada principal, quer na fachada sul da capela-mor ou mesmo ao nível do interior.

Também a nave de Gatão (Amarante) denuncia a estrutura medieval, com as frestas que a iluminam. No alçado sul, o portal, o lacrimal e os modilhões assim o atestam. Em Telões (Amarante) também os vãos, de claro sabor românico, confirmam o mesmo reaproveitamento/adaptação da fábrica medieval. Caso curioso, porém, é o da Igreja de Veade. A transformação da época barroca conservou grandes parcelas de paramentos românicos nos alçados laterais da nave, quer porque assim se poderia memorar a antiguidade do edifício a cuidado da comenda de Malta (aspeto corroborado pela inscrição atrás referida), quer porque a sua manutenção minimizava o investimento financeiro a realizar durante a intervenção de 1732.

Mas este respeito que a Época Moderna, e particularmente o período barroco, teve em parte pela fábrica das igrejas românicas ocorre doutra forma: manutenção do corpo da igreja, mas a



Igreja de Veade (Celorico de Basto).  
Fachada norte.



Capela de Fandinhães (Marco de Canaveses).  
Fachada sul.

partir de agora dotado com nova cabeceira. Na Igreja do Salvador de Real (Amarante) a grande transformação de 1750-1760 apenas manteve parte da fachada principal e no Mosteiro de Freixo de Baixo (Amarante), numa cronologia próxima, a modificação da nave românica foi acompanhada pela edificação de uma nova cabeceira.

Como se sabe, a Época Moderna foi fecunda na substituição ou ampliação das primitivas cabeceiras românicas por outras de grandes dimensões, para poderem, dando resposta a uma nova encenação da liturgia, vir a albergar os retábulos-mores de grande aparato que o barroco tão carinhosamente concebeu. Como também acontecera em São Vicente de Sousa (Felgueiras), no Vale do Sousa, as primitivas cabeceiras de Tarouquela ou de Barrô foram então ampliadas para poderem acolher um novo e aparatoso retábulo-mor. Em ambas foi mantido o abobadamento original, a que se procurou dar uma continuidade formal, até porque na maior parte dos casos se vê que houve um claro reaproveitamento dos silhares que a época românica talhou, conforme também ocorreu em São Cristóvão de Nogueira. O mesmo não aconteceu em Travanca (Amarante) onde, a partir do exterior, se vê claramente que a construção da profunda cabeceira românica não só substituiu a primitiva (ornada internamente com dois níveis de colunas, possivelmente mostrando um esquema idêntico ao da abside de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira)), como também truncou em parte o absidiolo sul.

Em terras de Basto, a profunda transformação na década de trinta de setecentos procurou dotar a Igreja românica de Veade com um aparatoso e cenográfico retábulo barroco. Todavia, por razões várias, tal opção obrigou a uma reorientação da Igreja: a fachada passou a estar voltada a oriente, confrontando-se assim num espaço público com as casas da Comenda. A cabeceira foi edificada a ocidente, pois se o fosse no local primitivo teria de ter seguramente dimensões menores. Nos antípodas destes exemplos encontra-se a Igreja do Salvador de Fervença que, tal como na de Abragão (Penafiel), apenas se conservou a capela-mor primitiva, o “sacro sanctum”.

Não podemos deixar de mencionar aqui o caso particularizado de Fandinhães (Marco de Canaveses) de que apenas hoje resta a capela-mor e o arranque dos muros laterais da nave. Aquilo que foi concebido como arco triunfal foi convertido em portal principal. As fontes documentais são omissas. Só a arqueologia nos poderá esclarecer se a nave jamais foi construída ou se, como se tem vindo a defender de uma forma mais generalizada, foi esta demolida para que os seus silhares fossem reaproveitados na edificação da nova paroquial, hoje em Paços de Gaiolo.

Freixo de Baixo destaca-se por conservar significativos vestígios do conjunto monástico que em tempos o envolveu. Tal como em São Pedro de Ferreira, conservam-se junto a esta igreja amarantina os alicerces da primitiva galilé (que hoje correspondem ao adro que antecede a Igreja). Além disso, a sul da Igreja, vemos ainda vestígios do primitivo claustro que, ao que sabemos, ainda se conservava no século XVIII.

Embora muito transformado ao longo dos séculos, o “conventinho” do Mosteiro de Cárquere poderá ser encarado enquanto uma das poucas estruturas monásticas de sabor medieval (ou de carácter vernacular) que ainda persiste associada a uma fábrica religiosa românica.

Até agora, apenas referimos exemplos estruturais. Contudo, no conjunto dos edifícios em estudo, fica bem patente como a arquitetura da época românica, pela aparente simplicidade da sua fâcies, se mostrou um espaço facilmente adequável às novas devoções, recorrendo-se para o efeito às mais variadas técnicas.



No conjunto em estudo conhecem-se testemunhos de pintura mural em 15 Igrejas. Em tempos ocultas por retábulos que o século XX removeu nas suas intervenções, para assim revelar estas pinturas aos fiéis e ao público (Gatão, Telões, São Nicolau, Tabuado e Santo Isidoro (estas três no Marco de Canaveses)), ou então ainda por eles escondidas (Valadares, Ribas, Telões e Lufrei (Amarante)), estamos diante de um significativo conjunto de pinturas murais cuja cronologia geral se situa entre os finais do século XV e a vigência do século XVI. De algumas apenas temos notícias historiográficas ou débeis testemunhos iconográficos: Real, Travanca, Gondar (Amarante), Jazente (Amarante) e Escamarão. Embora apenas restem painéis *in loco* ou até destacados (como a *Epifania* de Freixo de Baixo), a verdade é que a historiografia tem considerado que, pelo menos algumas destas Igrejas, foram em parte ou quase totalmente revestidas com pintura mural. É o que parece indiciar a descoberta realizada na Igreja amarantina de Lufrei. A capela-mor de Vila Boa de Quires permite-nos ter uma noção de como esta festa da cor, acima referida, revestia o espaço sagrado românico, salvaguardando-se o carácter *naïf* e recente da policromia da abóbada e do arco triunfal.

De um modo geral, identificamos ainda exemplos de representações do orago, muitas das vezes ladeado por outras figuras hagiográficas. Em Valadares, por detrás do retábulo-mor, *São Tiago Maior* surge acompanhado por *Santa Catarina de Alexandria*, pela cena da *lamentação sobre o Corpo de Cristo* ou *Piedade*, por *Santa Bárbara* e por *São Paulo*. Em Santo Isidoro de Canaveses, o bispo de Sevilha era assistido pela *Virgem com o Menino*, por *Santa Catarina de Alexandria*, mas também por *São Miguel pesando as almas e derrotando o dragão* e ainda por *São Tiago Maior*, representado como peregrino. Atente-se à linguagem classicista e à qualidade fora do comum, face ao restante panorama pictórico da época, deste conjunto que um pintor, Moraes, assinou e datou de 1536. Seguramente uma encomenda de um grande mecenas conhecedor das mais recentes linguagens artísticas, introduzidas entre nós pelas mãos mecénáticas do “renascentista” D. Miguel da Silva (1480-1556). O *Cristo* entronizado de Tabuado faz-se rodear por *São João Baptista* e por *São Tiago Maior*. A par destas representações colocadas no lugar mais nobre da Igreja, na parede fundeira da abside e na parte das laterais que imediatamente a antecedem, há ainda testemunhos de figurações no corpo da Igreja: de um modo geral trata-se de cenas alusivas à vida de Cristo e de Sua Mãe enquadradas por elementos decorativos e que, por analogia, têm permitido aos investigadores da especialidade identificar a área geográfica de ação alcançada por determinadas oficinas, de que destacamos a atribuída ao “Mestre de Valadares”, cujo período de atividade se situa entre os anos de 1480 e 1500. Dela encontramos testemunhos em Valadares, evidentemente, em Gatão ou em São Nicolau de Canaveses, para só referir alguns exemplos.

De facto, não podemos esquecer que os inícios do século XVI, num contexto comum a várias áreas do País, marcam a existência de uma série de encomendas de retábulos em escultura ou conjugando pintura e escultura. Daí que a pintura mural deva ser entendida como uma forma menos onerosa de atender à mesma motivação litúrgica, devocional e iconográfica. Como veremos mais adiante, outras técnicas e suportes cumprem um objetivo semelhante num contexto já contrarreformista: a pintura sobre silhares de azulejo, tábua ou tela e a escultura sob a forma de talha ou de imaginária. Soalhães (Marco de Canaveses) e São Cristóvão de Nogueira



Igreja de Valadares (Baião). Capela-mor. Parede fundeira (atrás do retábulo-mor). Anjo.

são excelentes testemunhos de como a fábrica românica tão bem se adequa ao acolhimento destas artes que a passam a ocultar e lhe conferem, naturalmente, uma outra legibilidade.

O período moderno conheceu pelo menos duas fases de transformação do espaço eclesial, que passamos a resumir: às campanhas de pintura a fresco sucederam-se os retábulos chãos com pintura que abriram caminho às grandes e complexas intervenções barrocas. E se dos revestimentos fresquistas sobram poucos exemplos, são também escassos os exemplares dos programas maneiristas, substituídos pela volumetria da talha e da escultura barroca. Um dos exemplos mais expressivos daquela retablística, que convive ainda com o revestimento a frescos, é o caso da Igreja de Lufrei que preserva o retábulo maior, já referido por Francisco Craesbeeck no primeiro quartel do século XVIII.

Mas é, efetivamente, a expressão barroca, na sua vertente nacional, a principal responsável pela modificação dos espaços da capela-mor e da nave, a primeira a cargo do padroeiro e a segunda entregue à administração dos fregueses, representados por um juiz. Sem querermos simplificar uma questão que merece abordagens individuais, é possível admitir-se que o padroeiro, instituição, leigo ou eclesiástico, porque dotado de capacidade financeira e do acesso a círculos de produção artística, pudesse significar um maior investimento artístico no espaço que lhe competia fabricar. Porém, nem sempre tal constituiu axioma, sendo o caso da Igreja de São Martinho de Soalhães particularmente expressivo: o investimento na nave é manifestamente superior ao da capela-mor, numa extravagante aliança entre técnicas e materiais que dão materialidade à expressão “horror ao vazio”. Outrossim, na Igreja de São Cristóvão de Nogueira foi à custa dos fregueses e do próprio abade que se produziu uma obra de arte total, em que talha, escultura e o trabalho de artesoadado do teto criaram a cenografia que mascarou o velho espaço medieval.



A arquitetura românica não chegou, pois, no seu estado original aos nossos dias. Além dos aspetos acima referidos, não poderemos deixar de alertar aqui para a fundura de algumas intervenções de restauro realizadas durante o século XIX e XX e que, procurando afirmar aquilo que consideravam ser o seu carácter prístino, em muito contribuíram para a imagem que hoje temos destes mesmos edifícios. A este assunto voltaremos mais adiante. De qualquer das formas, independentemente das transformações sofridas, no âmbito do conjunto de edifícios religiosos em estudo é-nos possível identificar quer aspetos diferenciadores, quer aspetos comuns entre eles, além, claro está, do carácter tardio da sua edificação, conforme pudemos já verificar em parte.

De um modo geral, estamos diante de um conjunto de Igrejas edificadas apenas com uma nave, de maior ou menores dimensões, embora o caso particular de Fandinhães não nos permita ainda afirmar se esta chegou a existir ou não. Apenas em Travanca encontramos uma outra espacialidade, esta criada por três naves.

Como vimos já, só uma Igreja com a dimensão da que foi edificada em Travanca poderia projetar a importância económica, política e social que o Mosteiro beneditino alcançou na região. Considerada por Manuel Real como um dos melhores testemunhos do “plano beneditino de igrejas de três naves” é, ainda, um dos mais ritmados espaços do românico português, não obstante as irregularidades que apresenta. A par do espaço sacro, uma pujante torre sineira isenta lembra que o abade de um mosteiro é um homem nobre. Muito embora tenha desempenhado as funções de sineira, esta torre apresenta-se hoje imbuída de um espírito militar (criado pelo coroamento ameado), que sempre foi mais retórico do que propriamente real, aspeto aqui acentuado durante as intervenções de restauro dos anos de 1930. É dentro desta linha de ideias que devemos entender outras torres que se juntam a Igrejas como Cárquere, Freixo de Baixo ou

Mancelos (Amarante). Em São Martinho de Mouros (Resende), o arranjo do primeiro terço da Igreja, criando um maciço turriforme, tem levado a historiografia a enquadrá-la no conceito de “igreja-fortaleza”, acentuando um pretense carácter militarizado que os restauros do século XX também aqui glosaram.

Na época românica, as torres sineiras podiam surgir à maneira de campanário autónomo, lateral ou fronteiro à igreja, a ladear uma ou ambas as fachadas ou, ainda, sobre a fachada principal. No conjunto em estudo, de um modo geral, as sineiras surgem sobre a fachada principal (Valadares, Lufrei ou São Nicolau de Canaveses), sobre a nave (Gondar) ou alçadas sobre maciços pétreos que se colocam de forma perpendicular à fachada (Tabuado) ou, mais recuadas, à capela-mor (Real) ou, então, erguem-se isentas (Jazente e Sobretâmega (Marco de Canaveses)).

A torre sineira de Vila Boa de Quires foi edificada em 1881, aquando da ampliação da Igreja para ocidente. Nesta ocasião prevaleceu o valor de antiguidade ante a necessidade de reforma, pelo que houve o cuidado em respeitar a traça da primitiva fachada, apesar das “pequenas diferenças” introduzidas. A organização desta fachada e a de Barrô mostram algumas semelhanças pela sobreposição de um janelão mainelado, na primeira, e de uma rosácea enquadrada por janelão, na segunda, sobre o portal. Em última análise, este esquema encontra a sua origem na sé de Coimbra, repetido posteriormente na fachada principal da catedral portuense, geograficamente mais próxima do núcleo regional em estudo.

E no que a fachadas se refere, não podemos deixar de assinalar o óculo protogótico de Tabuado que, assim o cremos, poderá ter servido de modelo àquele que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais concebeu em Paço de Sousa (Penafiel) durante os restauros que se seguiram ao incêndio do Mosteiro na madrugada de 9 de março de 1927. Em várias intervenções levadas a cabo por esta instituição foi alegado que os elementos reintegrados tiveram como fonte vestígios encontrados *in loco* ou, então, outros conservados em edifícios congêneres, geográfica e cronologicamente próximos. São evidentes os paralelismos entre a composição da fachada deste Mosteiro penafidense e a do Mosteiro amarantino de Travanca. A par da diferenciação de volumes, que em ambas as igrejas monásticas denuncia as três naves que corporizam o interior, em Travanca podemos ver uma apropriação do chamado “românico nacionalizado” e que se irradiou a partir do Mosteiro onde jaz sepultado Egas Moniz, dito “o Aio”.

Um dos aspetos mais caracterizadores deste românico, que se desenvolveu em torno da bacia do Sousa e que se estendeu à bacia do Tâmega, prende-se precisamente com o arranjo peculiar que se dá aos portais principais. Enquadrados por corpo saliente, o que permite criar uma maior profundidade ao conjunto das arquivoltas, o tímpano é sustentado por mísulas com forma de cabeça de bovídeo. Estas também surgem em Tabuado. Um outro aspeto que caracteriza muitos dos portais da região é, partindo do modelo do portal sul da igreja de São Tiago de Coimbra, a alternância de fustes cilíndricos e prismáticos nas colunas que sustentam as arquivoltas. Na bacia do Tâmega esta fórmula surge em dois portais principais, no de Santo Isidoro de Canaveses e no de Tabuado, repetindo o esquema que foi já identificado em Paço de Sousa, São Pedro de Ferreira, São Vicente de Sousa ou Santa Maria de Airães (Felgueiras).

Mas há outros elementos que, caracterizadores do “românico nacionalizado”, são identificáveis em terras do Tâmega e Douro. A forma de esculpir a temática tendencialmente vegetalista,

recorrendo à técnica a bisel, própria do trabalho decorativo da madeira, denuncia o recurso a técnicas tradicionais de esculpir e revela a força das preexistências autóctones. Em Coimbra, este tipo de relevo, denunciando uma influência moçárabe, chegou a conceber formas estilizadas, apesar da simetria e do entrecruzamento dos temas. Identificamos esta plasticidade, mais gravada que modelada, em capitéis de Barrô (nos capitéis do arco toral da cabeceira), de Vila Boa de Quires e de Tabuado (nos portais principal e sul) e em Travanca (no portal principal).



Igreja de Tabuado (Marco de Canaveses). Fachada ocidental. Portal.

Este modo de relevar está precisamente nos antípodas do tratamento plástico da escultura dos capitéis do arco triunfal de Fervença que, mais frondosos e túrgidos, denunciam a influência do românico erguido ao longo da margem esquerda do rio Minho, cuja fonte primeira se encontra na catedral galega de Tui (Espanha). Compostos por motivos vegetalistas e fitomórficos, o caráter túrgido da sua escultura volumosa assim o indica. Os motivos escultóricos de Tarouquela denunciam uma interpretação dos temas de origem beneditina disseminados a partir do eixo Braga-Rates feita pelos artistas autóctones, assumindo assim a sua escultura um evidente sabor regional. A sua cabeceira, profusamente decorada, mostra como também na época românica se fazia sentir um certo “horror ao vazio”, refletindo ainda o poder económico e político de quem detinha o seu padroado. E em Freixo de Baixo, num capitel do portal principal, vemos repetida a temática do encanastrado que se encontrara já em São Pedro de Ferreira, no portal principal, apesar da evidente diferença ao nível da qualidade/conservação do talhe.

Por fim, nesta tentativa de ligação dos monumentos românicos das bacias do Tâmega e do Douro à do Sousa, cabe aqui referir a identificação da cornija sobre arquinhos em duas Igrejas e uma Capela: Gatão (alçados laterais da capela-mor), São Martinho de Mouros (alçados principal e laterais) e Capela da Senhora da Livração de Fandinhães (peças avulsas no adro). Elemento familiarizado na bacia do Sousa (Paço de Sousa, Ferreira, Sousa e Airães), foi a partir da sé de Coimbra que a cornija sobre arquinhos, modelo importado, se disseminou por amplas manchas do românico português.

Como se vê, é possível integrar cronológica e estilisticamente alguns elementos das Igrejas em estudo no chamado “românico nacionalizado”. Os casos mais flagrantes são o de Travanca, à cabeça, e em parte Vila Boa de Quires e Tabuado. Não se pense, contudo, que as influências sentidas na região em estudo se ficam por aqui. Em alguns edifícios, a influência do românico português é por demais evidente pelo emprego de toros diédricos como elemento ornamental das arquivoltas. Através de Travanca, este elemento de origem limosina (França) terá chegado a Salvador de Real, cuja Igreja era do seu padroado. Além destas Igrejas, adotaram os toros diédricos, os templos de Vila Boa do Bispo (no interior das frestas da nave), Fandinhães (nas frestas), Freixo de Baixo e Mancelos (nos respetivos portais principais). Caracteriza-se, pois, a arquitetura românica das bacias do Tâmega e do Douro pela falta de homogeneidade estética que, em parte, deriva das várias influências que aí se fazem sentir, como teremos oportunidade de ver.

A fachada românica de Vila Boa do Bispo seria um *unicum* na arquitetura portuguesa da época, cujo modo de ornar com arcaturas cegas apenas encontra paralelos fora das nossas fronteiras, os mais próximos dos quais na Galiza (Espanha). Se, em Freixo de Baixo, a fachada principal é um dos poucos elementos românicos que ainda hoje persiste, a de Fandinhães seguramente nunca foi pensada como tal, resultando esta da adequação do arco triunfal às novas funções pela colocação de uma porta.

Os chamados “cães de Tarouquela” são um motivo controverso, tendo em conta a sua originalidade na região. Colocados sobre as impostas, de cada lado do portal, podem ser descritos como dois quadrúpedes de cujas mandíbulas pendem corpos humanos nus, presos pelas pernas. De evidente caráter apotropaico, testemunham uma vontade de afastar as forças malignas. Formalmente, encontramos neles um paralelismo com as figuras guardiãs dos portais da igreja de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), colocadas ao nível das bases do portal sul. Mas, ao nível compositivo (e até iconográfico), podemos encontrar neles uma ligação com um tema, de origem bracarense, que conheceu um grande acolhimento nas igrejas que a época românica ergueu no território em torno das bacias do Tâmega e do Douro. Trata-se da composição onde aparecem monstros em ato de tragar figuras nuas penduradas pelas pernas que lhes pendem das bocas. Encontramos este motivo em São Martinho de Mouros (portal principal e capitel do arco formeiro do primeiro tramo da Igreja), em Veade (em capitéis avulsos conservados nas dependências da Igreja), em Travanca (portal principal, capiteis exteriores do absidiolo norte, capitel junto à abside no arco formeiro do último tramo do lado da Epístola) e Tarouquela (fresta da capela-mor abrigada pela Capela de São João Baptista). Para o estudioso António Coelho de Sousa Oliveira estamos diante de uma variante do tema de *Daniel na cova dos leões*, cuja fonte primeira se encontra na Mesopotâmia (atualmente integrada no Iraque), tendo depois sofrido

uma evolução formal até chegar ao Ocidente. A sua análise culmina na identificação da inversão do tema no pórtico do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), assumindo aqui um significado oposto: se na sua forma tradicional representa o combate da alma virtuosa contra a tentação demoníaca, simbolicamente figurada pelas feras, já no seu oposto procura lembrar ao cristão, à sua entrada no templo, a necessidade de praticar a virtude, de combater o pecado, de não se deixar prender pelas tentações.



Igreja de São Martinho de Mouros (Resende). Arco triunfal. Capitéis. À direita, *Daniel na cova dos leões*.

É bem conhecido o facto de que a escultura românica tem uma mensagem intencional, particularmente naquela que se faz representar no exterior dos templos. A interpretação do simbolismo de temas historiados é bastante recente entre nós. Mas, de um modo geral, não nos podemos esquecer que na época românica era inevitável a conotação da igreja com a Casa de Deus. Daí o cuidado posto na sua ornamentação que, de um modo geral, surge ao nível dos vãos de acesso, nobilitando-os.

No românico do Vale do Sousa destaca-se o capitel do arco toral da capela-mor de Santa Maria de Airães, do lado do Evangelho, e que constitui um dos raros exemplares figurados da região. Nele vemos representados dois anjos ajoelhados e que seguram na mão um candelabro, apesar da cronologia avançada do tema. Em Santa Maria de Barrô, no arco triunfal do lado do Epístola, uma cena de caça cuja figura central é um homem que além de tocar um corno de caça, segura com a mão direita uma lança. Do seu lado direito, um quadrúpede (talvez um bovídeo) e, do outro lado, uma personagem que parece munida de uma espécie de escudo na mão direita e com uma moca na outra. O tema da “caçada”, enquanto alegoria de luta contra o mal, está também representado no capitel confrontante, onde um javali é agarrado por uma pata e por uma orelha por



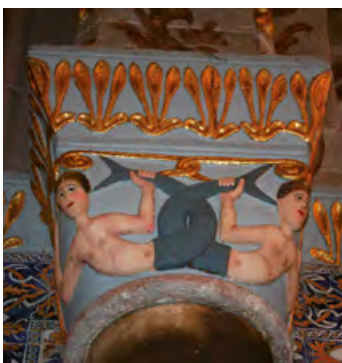
Igreja de Tarouquela (Cinfães).  
Capela de São João Baptista. Cachorro.  
*Exibicionista.*

dois quadrúpedes, talvez dois cães. Em Travanca destaca-se, no arco formeiro do lado da Epístola junto da capela-mor, um capitel onde se esculpíram três figuras humanas, a do centro feminina e a da direita segurando o que pode ser uma espada na mão. Digno de nota é o capitel do arco triunfal do lado do Evangelho de Tabuado onde se releve um homem preso ao cesto do capitel por uma corda, conotado pela historiografia como se de uma representação da detenção ou da fortuna de um malfeitor se tratasse, intimando assim o pecador. Acontece, porém, descobriu-se agora, que este capitel foi concebido em inícios do século XX, dentro daquilo que poderia ser classificado de “neorromânico” não fosse o suporte ser em cimento.

Apesar de não proliferarem no românico português, os capitéis figurativos têm alguma relevância nesta região. Além dos temas iconográficos já referidos, cabe aqui mencionar figuras hercúleas que, ao modo de atlantes, surgem com o rosto na esquina dos capitéis como que sustentando a imposta sobre as suas costas. Vemo-las nos portais principais de Travanca e de Fandinhães, repetindo um modelo que se estudou já em Abragão, na bacia do Sousa. No portal de Mancelos, as mísulas têm relevadas duas figuras humanas, uma feminina e outra masculina. Em Tarouquela e Fandinhães, dois cachorros onde se mostra uma temática de foro sexual, o *exibicionista*. Trata-se de uma representação de um homem que coloca uma das mãos sobre os órgãos genitais. Ainda dentro desta temática, refira-se a mísula de Santo Isidoro de Canaveses, no lado sul da Igreja, onde se pensa estar representado um motivo fálico.

A par destas figurações antropomórficas, devemos ainda aludir às representações de seres híbridos nos capitéis, como as sereias, também presentes no arco triunfal de Vila Boa de Quires. De entre as entidades místicas, a sereia-peixe foi uma das mais representadas no nosso românico. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o tema da luxuriosa sereia, rosto feminino, de cabelos compridos e cauda de peixe, é um dos mais populares. Esta iconografia da sereia, que terá tido uma origem pós-carolíngia e que se terá difundido pelo Centro da Europa, como que fez esquecer entre nós a forma clássica da sereia, a que se representa com cabeça de mulher e corpo de ave, também dita harpia. Em Vila Boa do Bispo vemos um dos exemplares mais bem conservados que, num modelo idêntico ao que surge no portal norte de Travanca, representa a sereia de dupla cauda. O seu bom estado de conservação deixa antever as escamas, finamente relevadas. Este capitel encontra-se elevado, no alçado sul da cabeceira. Também em Tarouquela, no portal principal, dois capitéis mostram esta representação da sereia de dupla cauda. Em Veade, este tema assume uma forma muito peculiar naquele que é hoje o portal sul: as sereias de dupla cauda que ornaram as primeiras aduelas de cada uma das duas arquivoltas que lhe dão corpo.

Aludindo ao “pecado original”, a serpente surge também em vários exemplares da arquitetura românica das bacias do Tâmega e Douro. Tanto no portal sul de Tarouquela como nos portais principal e norte de Travanca vemos uma representação de duas serpentes enlaçadas. Já em Fandinhães, num dos capitéis do portal principal, duas serpentes tornam-se uma só, na esquina do capitel. Além destas figurações animalistas refiram-se novamente as mísulas em forma de cabeça de bovídeo dos portais de Vila Boa de Quires, Travanca e Tabuado. Em alguns cachorros retratam-se cabeças de bovinos, embora haja nestas regiões uma clara tendência para o uso de cachorros lisos e de perfil quadrangular (por si só denunciadores de uma cronologia tardia) ou para uma preferência pela decoração geométrica.



Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Arco triunfal. Capitel.



A forma como as representações animalistas se adequam ao quadro do capitel românico obriga a que estas assumam formas muito peculiares. E esta adequação torna-se tanto mais peculiar quando se estende às próprias aduelas. O controverso portal da torre de Travanca testemunha dois modos diferentes de adequação dos motivos animalistas às aduelas das arquivoltas, ambos comprovando a força da influência que exerceu o românico que se desenvolveu em torno do eixo Braga-Rates.

Tanto na catedral bracarense como naquela que foi uma das mais precoces casas monásticas beneditinas em Portugal, desenvolveu-se uma linguagem plástica e compositiva muito característica, e mesmo definidora, deste foco regional do românico português que se irradiou para toda uma periferia. Um dos seus aspetos peculiares encontra-se precisamente na forma como se compõem as figurações animalistas, esculpindo aves e quadrúpedes no perímetro das aduelas, cuja superfície foi cavada para relevar a figuração dos seus corpos, ficando um bordo contínuo sobre a esquina. Assim, nas duas faces das aduelas vemos composições simétricas e antitéticas, com os animais a unirem a cabeça sobre a esquina da arcada. Trata-se de um esquema ornamental mais adequado ao cesto dos capitéis e que foi transposto para as aduelas das arquivoltas. Da fortuna conhecida por esta fórmula temos reflexos não só na já referida arquivolta exterior do portal da torre de Travanca, como também é este esquema que vemos nas arcadas cegas românicas que a fachada de Vila Boa do Bispo ainda mostra. Também no Mosteiro de Pombeiro, no portal principal, encontráramos já este mesmo esquema.

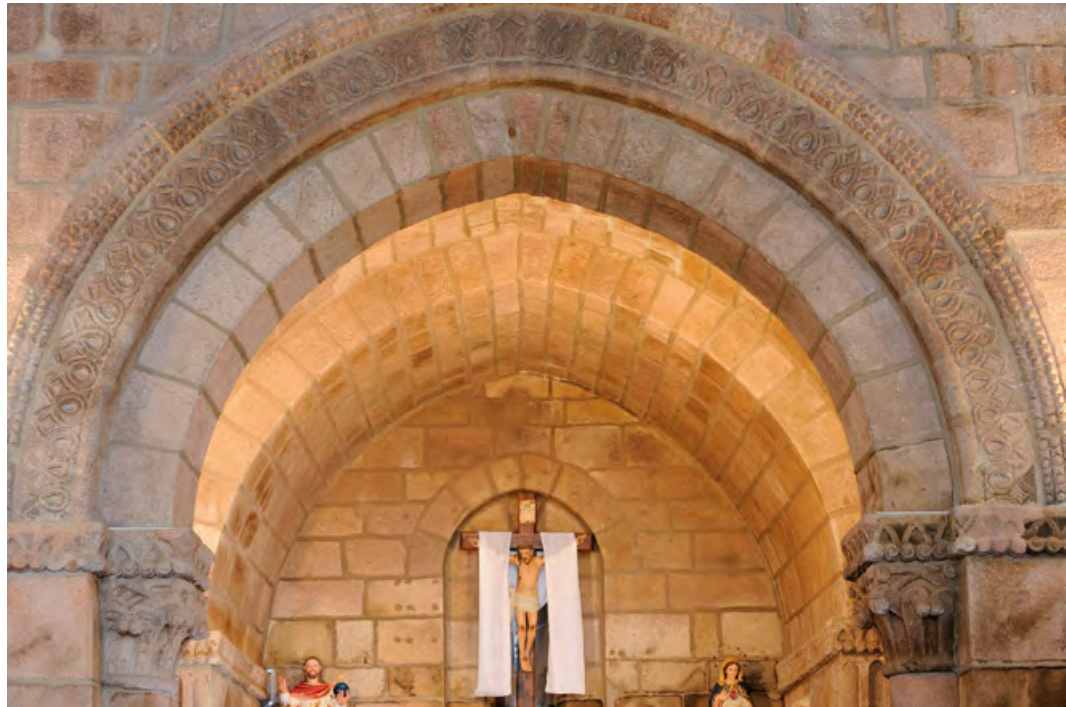
É na mesma zona que encontramos a origem do tema das *beak-heads*. Motivo de importação anglo-saxónica, foi a partir de São Pedro de Rates que este se disseminou amplamente pelo território português. Trata-se da figuração de cabeças de animais que mordem o toro das aduelas. Além da arquivolta interna do portal da torre de Travanca, surge este motivo nas aduelas do exterior da fresta fundeira do panteão dos Resendes (Mosteiro de Cárquere), no arco envolvente da fresta sul da capela-mor de Fandinhães e, caso único em Portugal, no arco triunfal de Tarouquela. Todavia, neste último exemplo, em vez das tradicionais cabeças de pássaro, encontramos figuradas cabeças de tigres ou de lobos. No claustro do Mosteiro de Paço de Sousa conserva-se ainda hoje uma aduela avulsa com este tema.

Por referirmos influências provindas da região de Braga, não podemos deixar de fazer uma breve referência à presença das palmetas bracarenses na bacia do Tâmega, nomeadamente em Fervença (impostas do arco triunfal e seu prolongamento sob a forma de friso pelas paredes colaterais), em Santo Isidoro de Canaveses (nas impostas do portal principal e prolongando-se ao modo de friso na fachada principal) ou em São Cristóvão de Nogueira (no alçado norte, junto à torre sineira). Este motivo resulta da simplificação da palmeta de tipo clássico, resumindo-se apenas ao seu contorno externo, assumindo uma forma que se aproxima da do coração invertido.

Refira-se, desde já, que nos foi possível identificar nos monumentos em estudo a presença de motivos relevados que, fazendo parte do repertório geral do românico português (e internacional), se identificam um pouco por todo o lado. Estes foram catalogados por Joaquim de Vasconcelos na monumental obra que as Edições Ilustradas Marques Abreu deram ao prelo em 1918, sob o título *Arte românica em Portugal*, e lográmos identificar alguns deles (n.ºs 2, 3, 5, 6, 14, 15, 16, 22, 23, 25, 42 e 45) nas Igrejas de Barrô, Freixo de Baixo, Vila Boa de Quires, Ri-



Mosteiro de Travanca (Amarante). Torre. Portal. Aduelas.



Igreja de Fervença (Celorico de Basto). Arco triunfal.

bas, Tabuado, Tarouquela e Travanca, assim como na Capela da Quintã (Baltar, Paredes). Com isto, podemos desde já concluir que os fazedores do românico nas bacias do Sousa, Tâmega e Douro eram conhecedores de um repertório decorativo que, vindo de outras paragens, aqui chegou devido à circulação de artistas ou, mesmo quiçá, à circulação de modelos e de desenhos.

Devemos, todavia, chamar a atenção para o motivo a que Vasconcelos atribuiu o “n.º 12 – esferas, soltas; alto relevo”, devido ao especial acolhimento que este conheceu na região em estudo. O motivo a que mais comumente designamos por “pérolas” ou “meias-esferas” encontra-se inventariado em, pelo menos, nove dos 37 edifícios em estudo (Barrô, Escamarão, São Cristóvão de Nogueira, Vila Boa de Quires, Soalhães, Sobretâmega, Tabuado, Valadares e Veade). Surge tanto ao nível das aduelas dos arcos, como a ornar mísulas e cachorros. No entanto, é na Igreja do Salvador de Ribas que sentimos o uso e abuso deste motivo decorativo, estendendo-se às cornijas, frisos e impostas, conferindo a este edifício uma homogeneidade decorativa (que acompanha uma evidente unidade arquitetónica) única no conjunto dos edifícios em estudo. Em Ribas, edifício de cronologia avançada, o motivo das pérolas tem de ser entendido enquanto resistência de um vocabulário românico que nas regiões periféricas se estendeu além das suas balizas temporais.

Como se sabe, o estudo do românico português tem de ser entendido, mais do que na sua distribuição geográfica, na sua própria diacronia. Mais do que as diferenças geográficas, persistem as variantes cronológicas. É por esta razão que não nos estranha a falta de homogeneidade e coerência entre os testemunhos românicos das bacias do Tâmega e do Douro. Afastadas que estavam dos principais centros artísticos da época, afirmando-se de um modo geral como pe-



riferias artísticas, é perfeitamente natural que uma grande parte dos edifícios religiosos que a partir do século XIII aqui se edificou mostre um aspeto muito peculiar e que podemos entender como uma marca do românico aqui edificado.

É significativo o número de Igrejas onde se manifesta uma persistência das fórmulas românicas numa cronologia que é já coeva de uma nova estética. Não se pense, contudo, que numa época em que o gótico se afirmava já noutros centros artísticos do País, não tenha aqui chegado o conhecimento das novas fórmulas construtivas. As janelas maineladas da parede fundeira da abside de Escamarão e a capela-mor de Cárquere bem o atestam. Todavia, o gótico de matriz francesa, que nasce em meados do século XII na região da Île-de-France e que largamente se expande nos dois séculos seguintes, poucas vezes se consubstanciou na arquitetura religiosa portuguesa através da abertura de grandes vãos de iluminação ou da criação de amplos espaços, diáfanos e comunicantes.

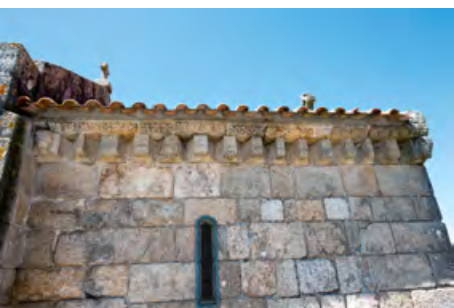
Além disso, estando o gótico português mais ligado a soluções do gótico meridional, que privilegiam as massas murais, é pois pelo aspeto maciço dos muros que este se impõe. Conforme nos lembra Lúcia Rosas, um estilo não é só caracterizável pelas formas, mas também pela relação entre as partes do edifício, pelo uso que se faz do espaço construído, pela maneira de embelezar e simbolizar e pelas várias formas de responder às solicitações da sua época.

A permanência de um determinado *modus aedificandi*, a não atualização de um determinado reportório decorativo (por parte do artífice e do próprio encomendador) ou, pura e simplesmente, constrangimentos económicos, poderão estar na origem de uma tipologia arquitetónica que a historiografia mais tradicionalista classificou de “rural”. Só porque a maior parte dos

testemunhos assim classificados se encontra hoje em ambientes agrícolas, não quer isto dizer que determinada fórmula arquitetónica deva ser classificada como tal, tanto mais que a própria época românica se distingue, em grande parte, pela sua economia e sociedade caracteristicamente rurais, sobretudo se comparada com a urbanidade que define o período gótico. Além disso, a perduração das formas ao longo dos tempos testemunha ela própria uma popularização deste modo arquitetónico, o que justificou que alguns autores optassem antes por utilizar a designação de “popular”. Ambos periféricos (os determinativos “rural” ou “popular”), devem ser entendidos pelo facto de a ambos estar subjacente a “resistência” de um estilo arquitetónico, nas suas vertentes espacial, estrutural, decorativa e, acima de tudo, concetual. É sobretudo nas comarcas do Norte e da Beira que se conserva a maior parte dos testemunhos deste “românico de resistência”.

Só dentro desta linha de ideias podemos compreender porque é que, aos olhos da historiografia contemporânea, Igrejas como as de Gondar, Lufrei, Jazente, Real, Valadares ou São Mamede de Vila Verde (Felgueiras), em terras de Sousa, têm justaposta uma etiqueta estilística, no seu modo genérico, idêntica à das Igrejas de São Martinho de Mouros, Travanca, Tarouquela ou Veade. Nas primeiras, além de se fecharem sobre si próprias, o que as distingue é precisamente o arranjo dos portais, de um modo geral inscritos na espessura dos próprios muros, sem tímpano ou colunas a sustentar as arquivoltas, tendencialmente quebradas. Primam pela ausência de motivos escultóricos decorativos e os seus cachorros são, por isso, lisos e quadrangulares. No entanto, tal não invalida o aparecimento de elementos mais elaborados e avançados: na abside da Capela da Quintã, mas também na capela de São João Baptista da Igreja de Tarouquela, vemos já modilhões de proa, caracteristicamente góticos, e com um perfil semelhante aos da cabeceira do Mosteiro de Cête (Paredes). E porque a capela funerária de Tarouquela está datada (1481-1495), temos aqui um bom indicador daquilo a que a historiografia mais preciosista tem classificado dentro de uma corrente de construções góticas, mas de sabor arcaizante e que muito se afirmou nas comarcas do Entre-Douro-e-Minho, de Trás-os-Montes e da Beira.

Em Real e Mancelos, as impostas dos portais formam-se da sobreposição de elementos boleados, indício de cronologia avançada. Em Gondar, o óculo da fachada é protogótico. Dentro desta família particular de edifícios devemos mencionar o caso curioso das Igrejas, confrontantes nas margens do Tâmega, de São Nicolau de Canaveses e de Sobretâmega. Dissemos já que, tendo em conta a sua implantação, uma não pode ser entendida sem a outra, nem sem o conhecimento da íntima relação de ambas com a desaparecida ponte medieval de Canaveses e a via que por ela passava. São estas estruturalmente idênticas e ambas posteriores a 1320.



Capela da Quintã (Paredes). Fachada sul.  
Capela-mor.

## Elementos funerários

**É** no século XI que devemos encontrar as raízes da personalização do sepulcro medieval no Entre-Douro-e-Minho. A par do desenvolvimento que o trabalho da pedra conheceu durante a época românica, para este fenómeno em muito contribuíram as novas atitudes mentais perante o Além. Afirma-se nesta época a crença no julgamento particular de cada alma, logo após a morte. Os principais membros das linhagens começam a reservar, junto do mosteiro que patrocinavam, ao modo de panteão, um local de enterramento com um serviço duradouro de sufrágios. Disso é exemplo o panteão da linhagem dos Resendes, em Santa Maria de Cárquere. Como vimos já, embora seja neste espaço que se encontra um dos mais significativos vestígios românicos deste monumento (a fresta da parede fundeira onde se figuram as *beak-heads*), as quatro sepulturas que se encontram no seu interior são do período gótico. As suas tampas ostentam a pedra de armas dos Resendes (de ouro, duas cabras passantes de negro, uma sobre a outra, revestidas com gotas do mesmo metal) e três inscrições identificam os sepultados: Vasco Martins de Resende (I), neto de Martim Afonso; o seu filho Gil Vaz de Resende; e o descendente de ambos, Vasco Martins de Resende (II).

54 Ao longo do tempo sentimos uma paulatina monumentalização da sepultura que se quer cada vez mais individualizada, recorrendo-se para o efeito a inscrições, insígnias, paramentos e pedras de armas. Reflexo desta vontade são as arcas tumulares de Vila Boa do Bispo onde figuras jacentes se fazem acompanhar das suas insígnias identificativas (D. Nicolau Martins e D. Jurio Geraldés), como também de inscrições que aludem ao nome e à data do passamento do sepultado. A memória de quem neles dorme para a eternidade é ainda reforçada, como no túmulo do prior D. Salvado Pires, pela presença de pedras de armas que confirmam as suas nobres origens.

Em Soalhães, na absíde, conserva-se uma arca tumular que, pela sua localização (e conservação, apesar das transformações sofridas pela Igreja), só poderá ser associada a um dos padroeiros da Igreja. Datando já da época gótica, conforme denunciam as microarquitecturas, é-nos hoje difícil identificar quem aqui se recolheu, pois as pedras de armas estavam pintadas nos pequenos escudos.

A espada gravada na tampa do túmulo abrigado por arcossólio no alçado sul de Real, colocado ao nível da nave, apenas nos permite confirmar que estamos diante do enterramento de um cavaleiro. Algo semelhante podemos afirmar sobre uma das tampas sepulcrais no adro da antiga paroquial de Fandinhães, ou de uma das tampas de arca tumular que se guardam no tardoz da Igreja de Tarouquela. Além da espada, vemos numa arca gravado um báculo de abadessa e noutra pés-de-milho (o que nos reporta para a família dos Milhaços). Até à década de 1980 estavam estas sepulturas abrigadas na capela funerária gótica, consagrada a São João Baptista, que entre 1481 e 1495 foi instituída por Vasco Lourenço e erguida a sul da capela-mor da Igreja monástica.

Os túmulos abrigados por arcossólios no alçado sul de Vila Boa de Quires não nos mostram qualquer elemento identificativo, enquanto no de Mancelos, o medalhão decorativo, a cruz e os dois ginetes relevados pouco nos permitem saber sobre quem nele se fez sepultar. Na envolvente



Mosteiro de Cárquere (Resende). Panteão dos Resendes.

de Lufrei persistem ainda três túmulos com respetivas tampas. Segundo as *Memórias Paroquiais de 1758* deveriam ser o repouso de indivíduos insignes daquela freguesia.

Por fim, cabe fazer uma menção especial ao Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses), cuja caixa sepulcral mostra dupla cavidade, exemplo máximo da ideia de memória associada a local de sepultura de um cavaleiro (conforme denuncia a espada gravada nas pedras superiores do plinto que serve de base ao arco) morto acidentalmente ou em duelo. Juntamente com o Memorial da Ermida (Irivo, Penafiel) e o de Sobrado (Castelo de Paiva), o de Alpendorada integra o reduzido conjunto remanescente desta tipologia funerária que hoje identificamos em território português.



Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses).



Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva).

## Arquitetura civil

**P**ara a época românica, a arquitetura civil está, na área geográfica em estudo, representada por duas tipologias distintas: o castelo e a torre.

Estrutura vigilante da terra de Basto, a origem do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto) deve ser enquadrada no processo de encastelamento que se verificou um pouco por toda a Europa entre os séculos X e XII. Quatro elementos concorrem para enquadrar este Castelo na arquitetura militar da época românica: a torre de menagem (trazida pela ordem do Templo para o nosso território em meados do século XII); o torreão quadrangular (erguido no ângulo criado pelos panos da muralha norte e oeste); a existência de uma única porta (a multiplicação de aberturas tornava a defesa do castelo mais vulnerável); e, por fim, a cisterna subterrânea no pátio amuralhado (conservar as águas pluviais era elemento fundamental para a guerra de cerco). O largo adarve, que define uma planta triangular, completa o conjunto.

Seguramente posterior a 1258, a Torre dos Alcoforados (Lordelo, Paredes) testemunha bem como o modelo da torre senhorial românica deriva do modelo importado das torres de menagem dos castelos da mesma época, introduzido entre nós pelos templários, sobrepondo-se a componente civil à militar. É por isso que a porta de acesso à Torre está rasgada ao nível térreo, evidente reflexo da sua função já residencial, entenda-se senhorial. Representativa, pois, de uma tipologia de habitação senhorial que marcou a sociedade nobre da Idade Média portuguesa, pelo menos até encontrar a resistência do poder régio. Embora no topo da Torre faltem algumas fiadas de silhares, pensa-se que esta terá sido ameaçada. As janelas maineladas góticas permitem colocar a edificação desta Torre durante a primeira metade do século XIV.

Ao contrário das torres senhoriais – as *domus fortis* – de que podemos destacar, como exemplos, além da Torre dos Alcoforados, a Torre de Vilar (Lousada), o paço nobre associa-se já às classes mais elevadas da nobreza. Estes edifícios, com desenvolvimento retangular, podiam surgir adossados à torre ou, ainda, ser construídos autonomamente.



Torre dos Alcoforados (Paredes) antes das intervenções da Rota do Românico (2014). Fachada ocidental.



Castelo de Arnoia (Celorico de Basto). Vista de ocidente.

## TERRITÓRIO E PAISAGEM NO TÂMEGA E DOURO NOS SÉCULOS XIX A XXI

### Evolução administrativa do território

**E**mbora, como temos vindo a sublinhar, a grelha administrativa contemporânea em pouco reproduza a organização territorial na época românica, constitui-se desta herdeira. E os próprios rios formaram, ontem como hoje, fronteira e via de comunicação ao longo da qual se estabeleceram as comunidades.

Como epicentro da vida religiosa e social da sociedade medieval, a igreja assumiu e assume ainda hoje um dos principais eixos do ordenamento do território. Ainda que por vezes fundada segundo interesses particulares, em propriedade de senhores desejosos de atrair rendeiros e réditos ou segundo necessidades das comunidades monásticas ou eremíticas, a igreja depressa se tornou catalisadora do povoamento. A formação da paróquia, com todos os seus marcos, limites e sinais de comunalidade como a descreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao som do sino matricial ou dentro de um território definido por uma paisagem bem demarcada, constituiu um dos elementos essenciais para garantir a fixação das populações e estabelecer unidades administrativas maiores: honras, beatrias, coutos e concelhos. Algumas terras, como a de São Salvador (depois transformada nos municípios de Cinfães e São Cristóvão de Nogueira), estabeleceram-se em redor de uma invocação, no rescaldo da Reconquista.

As fontes coevas, quer as Inquirições do século XIII, quer as décimas pagas para sustento das Cruzadas, em 1320, falam-nos de terras e bispados. A norte do Douro, as terras de Basto, Gestaçô, Penafiel, Sousa, Gouveia, Benviver e Baião. A sul do Douro, a fonte apenas menciona a diocese de Lamego, sem especificar as terras, embora saibamos, pelo cotejamento das Inquirições de D. Afonso III (r. 1248-1279), que sob os limites dos atuais municípios de Cinfães e Resende existissem as terras ou julgados de Sanfins, Salvador de Nogueira, Cinfães, Tendais, Ferreiros, Castelo de Aregos e São Martinho de Mouros.

No século XVI, segundo o recenseamento ordenado por D. João III em 1527, a organização administrativa mostra um território mais fracionado, fundado certamente sobre a grelha medieval de terras e julgados, constituído por vários tipos de unidades administrativas: concelhos, beatrias, honras e coutos. No Entre-Douro-e-Minho, os concelhos de Celorico de Basto (com o seu Castelo de Arnoia), Santa Cruz de Ribatâmega e Portocarreiro e ainda a beatria de Amaranthe. A sul do Douro, na Beira, os concelhos de Sanfins, Tarouquela, São Cristóvão de Nogueira, Cinfães (e no seu âmagô a velha honra de Cidadelhe), Tendais, Ferreiros, Aregos, Resende (e honra de Beba) e São Martinho de Mouros. Infelizmente, a inexistência de recenseamento para Trás-os-Montes não nos permite conhecer a realidade administrativa na margem esquerda do Tâmega em 1527.

Sabemo-lo, contudo, pelos vários trabalhos de memorialistas no século XVIII, quando o quadro administrativo estava já consolidado. Um destes memorialistas foi Francisco Craesbeeck que se dedicou, no primeiro quartel de setecentos, à compilação de dados monográficos sobre a



história religiosa, epigrafia e heráldica nos concelhos e freguesias do Entre-Douro-e-Minho. Centrando-se na correição de Guimarães visitou as vilas de Amarante, Basto e Canaveses, os concelhos de Gestaço, Gouveia, Tuías e Santa Cruz de Ribatâmega, os coutos de Mancelos, Tabuado e Travanca e a honra de Ovelha do Marão.

Mais completas são as listagens fornecidas pelos inquéritos de 1758 e pela obra *Portugal sacro-profano...*, de 1767-1768, que nos permitem obter um quadro mais exato das várias jurisdições, civis e eclesiásticas, desta região de fronteira.

Efetivamente, quer o Tâmega quer o Douro foram, ao longo da história regional e nacional, linhas de divisão: o Tâmega, encostado ao Marão, assumiu-se como a barreira natural entre o Minho, verde e fértil, e Trás-os-Montes, mais agreste e seco. O Douro constituiu sempre um obstáculo de difícil transposição no avanço de conquista e reconquista da Península Ibérica.

Neste ângulo decorrente da interseção de ambos os rios extremaram-se pois limites, como os das dioceses. Desde o século XII que a diocese do Porto fixou nos contrafortes do Marão a sua limitação a este. A norte corria a jurisdição da arquidiocese de Braga e a sul, bem sublinhada pelas margens do Douro, a diocese de Lamego estendia-se até ao rio Arda, hoje no concelho de Castelo de Paiva. Outrossim três províncias tocavam-se neste território, como já vimos: a norte e oeste, o Minho, a este, Trás-os-Montes, e a sul do Douro, a Beira. Esta heterogeneidade devia-se em grande parte à diferença geomorfológica que caracterizava o território, como ao de leve já aludimos.

Em termos judiciais, o panorama não é menos complexo. A este do Tâmega entravam as correições de Penafiel e Guimarães e a oeste as de Vila Real. A sul do Douro, a comarca de Lamego encontrava-se praticamente delimitada sobre os limites da diocese, exceto nos casos de Ferreiros e Tendais, hoje do concelho de Cinfães e que, no século XVIII, se submetiam às justiças da ouvidoria de Barcelos, por serem património da casa de Bragança.



Vale do Douro.

Mas se entre estas divisões regionais, que podemos considerar de tipo intermédio, podia existir alguma concordância em termos de fronteiras, no caso dos termos de municípios, honras, coutos e os extravagantes exemplares de beatrias que existiram nesta região, as disparidades em termos de extensão e demografia eram flagrantes. A complexidade deste panorama irá influir para que, no século XIX e sob a égide dos pensadores e políticos do liberalismo, se conceba um território planeado a esquadro e teodolito.

Dependentes das vias de comunicações, os velhos núcleos medievais, no percurso de rotas comerciais – algumas, mas não tantas como se pensa –, persistentes desde a romanização, foram sendo esvaziados de população ao longo da Época Moderna. A mudança de itinerários e as novas necessidades económicas criaram novos canais de circulação, como o próprio Douro que no período moderno atraiu a si o escoamento das produções de vinho e outros produtos extraídos daquela região. As três únicas vilas, já citadas, de Celorico, Amarante e Canaveses formaram-se à margem de três estradas principais que ligavam o litoral atlântico ao interior transmontano e duriense. Apenas Amarante viu confirmada e dilatada a sua importância de povoado unilinear. Celorico, à sombra do “decadente” Castelo de Arnoia, e Canaveses viram os velhos burgos medievais transferidos a novos centros de poder.

O primeiro caso, de Celorico, é particularmente interessante por constituir um dos poucos exemplos de mudança da cabeça de município para um lugar mais central e próximo às novas vias de comunicação. Aconteceu ainda no século XVIII, quando já se sentia urgência na racionalização do território, tendo em conta a extensão e a demografia. A justificação da mudança, pedida ao monarca, fundava-se, porém, na criação de uma nova localidade, mais airosa e central e digna das casas dos magistrados municipais e juizes de fora.

Invocações semelhantes vão ser utilizadas no século XIX quando os teóricos liberais pedem a extinção de centenas de municípios, cuja antiguidade não chegava para garantir a sua manutenção à luz do racionalismo moderno: poucos eleitores, velhas estruturas nepotistas, que condicionavam o sentido democrático pedido pelos novos paladinos da liberdade, eram motivos mais que suficientes para redesenhar o mapa do poder local. As resistências foram muitas, mas venceu o empenho liberal.

No nosso território operaram-se mudanças substanciais. Uma análise caso a caso não se justificaria, mas devemos assinalar as alterações ao longo do curso médio e terminal do Tâmega. As pequenas unidades administrativas que não haviam sido tragadas por termos próximos ou extintas ao longo das Idades Média e Moderna, como certas honras e beatrias (o caso de Ovelha do Marão), fundiram-se em municípios maiores. Amarante, que até ao século XIX era apenas importante por ser um local de passagem com uma ponte e um santuário, passou a centralizar o poder local, em detrimento dos velhos concelhos de Gestaçô e Gouveia, entre outros.

Canaveses, o notável burgo que se repartia entre duas paróquias (Ribatâmega e São Nicolau), viu transferido o seu núcleo de decisão para um inexpressivo lugarejo, cruzamento de caminho num pequeno planalto a menos de uma légua. Tomou sob si uma porção substancial de território roubado aos concelhos e coutos de Portocarreiro, Vila Boa do Bispo e Santa Cruz, entre outras unidades menores.



Igreja de Sobretâmega (Marco de Canaveses). Vista aérea.

Baião, herdeiro da terra e julgado medieval, absorveu o couto de Ancede e a honra da Lage, centralizando-se no lugar de Campelo, na serra, longe do Douro, por onde ainda passava grande parte do trânsito comercial. Mas já o topónimo era expressivo – regionalmente e por ser terra de grandes senhores, cujo apelido soava importante na história nacional.

Na margem oposta, quer Cinfães, quer Resende, resultaram da absorção de um conjunto notável de velhos termos medievais. No caso de Cinfães, a mudança operou-se em três fases (entre 1828 e 1855): numa primeira, a anexação de Tendais e São Cristóvão, tendo a sede ficado localizada neste antigo município; numa segunda fase, a escolha do lugarejo de Cinfães para cabeça de concelho, sendo-lhe entregue a área dos medievos termos de Sanfins e Nespereira e, finalmente, a terceira e última fase com a anexação de Ferreiros de Tendais.

Resende, cuja cabeça ficou sendo no lugar de São Gens, constituiu-se com o acrescento dos velhos municípios e honras em redor. Como no caso de Cinfães, houve claramente uma preocupação em criar uma nova centralidade e submeter os velhos polos à sua vontade. A isto não foi alheia a política de construção de estradas, levada a cabo pelo Fontismo, através dos distritos.

Mas a Igreja, enquanto instituição, e as igrejas, que sempre desempenharam um importante papel de marco territorial, não foram alheias a estas transformações. É certo que a nacionalização dos bens monásticos e a extinção e encerramento imediato dos mosteiros masculinos criou “buracos negros” num território profundamente dependente destas instituições, mas quer as velhas abadias ou vigararias da medievalidade, quer os curatos desempenharam um papel na reorganização territorial. Afinal de contas, estes edifícios sinalizavam comunidades, espaços de circulação e pontos de afluência que importava aproveitar na nova cartografia do País. Nesse sentido, as freguesias mantiveram o seu papel de unidade demográfica menor, símbolo de ligação a um passado que, no centro de uma traumática remodelação municipalista operada pelos homens liberais, permitiu às comunidades manter uma certa coesão e estabilidade.

## As intervenções contemporâneas (séculos XIX-XXI)

O estudo do património artístico religioso durante a época contemporânea não pode ser feito sem a avaliação das consequências que dois momentos distintos tiveram sobre os mesmos: 1834 e 1910. A ambos associou-se a alienação pública dos bens das corporações religiosas e laicas, cuja propriedade então liberta passou a estar sujeita à mobilidade do mercado. Com a vitória definitiva do liberalismo, e na sequência da expulsão dos jesuítas, por alvará de 3 de setembro de 1759, cujos bens foram então incorporados na Fazenda Nacional, de uma assentada, através do decreto de 30 de maio de 1834, foram extintas todas as casas das ordens religiosas masculinas, fossem elas conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou de outra natureza. Os seus bens foram nacionalizados pelo Estado e o seu destino dependeu da respetiva categoria: os bens móveis comuns e semoventes foram mandados vender; as livrarias e obras de arte foram mais tarde encaminhadas para estabelecimentos de ensino e culturais; os utensílios e espaços de público foram distribuídos às autoridades eclesiásticas, quando indispensáveis para o serviço religioso e os objetos preciosos foram direcionados para a Casa da Moeda ou para os museus. Mas a base fundamental da riqueza encontrava-se nos bens imóveis, entretanto vendidos em hasta pública. É por essa razão que vemos hoje as dependências monásticas remanescentes de Ancede (Baião), Mancelos (Amarante) ou de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses) em mãos privadas.

61

Não se pense, contudo, que tal alienação de bens não correspondeu, no século XIX, à não salvaguarda do património artístico religioso. Muito pelo contrário. Apesar da rara cultura arquitetónica que por então ainda se fazia sentir entre nós, colmatada pela literatura de viagens que autores estrangeiros dedicaram ao nosso património medieval, a verdade é que, até quase finais de oitocentos, os primeiros cuidados de salvaguarda centraram-se sobretudo naqueles edifícios que,



Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Claustro.

além de patentarem um valor histórico que respondesse aos sentimentos saudosistas e patrióticos que o romantismo tanto afirmara, eram detentores de uma monumentalidade e de valores plásticos que preenchiam os preceitos estéticos da época. Não se esqueça aqui a profunda intervenção que neste século se realizou no mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), na senda da atenção que o arquiteto irlandês James Cavanah Murphy lhe dera e divulgara dentro e fora das nossas fronteiras.

A par da intervenção que Luís da Silva Mousinho de Albuquerque dirigiu neste mosteiro a partir de 1840, começou progressivamente a ser realizada toda uma série de intervenções que elegeram primeiramente as igrejas góticas. Além da manifesta preferência que por então se sentia pelo património desta época, foi muito tardio entre nós o estudo da arquitetura da época românica, cuja cronologia se inicia apenas em 1870 com a publicação que Augusto Filipe Simões consagrou à arquitetura românica de Coimbra.

Assim, é neste contexto de (procura de) salvaguarda do património artístico religioso que devemos enquadrar a portaria emitida pelo então Ministro das Obras Públicas que incumbia o general de engenharia, Luís Victor Le Cocq, de confeccionar um mapa do estado de conservação de todos os edifícios, respetiva reparação e despesas autorizadas que estariam a cargo daquele Ministério. Desses edifícios faziam parte, entre outros, os que eram considerados monumentos, as igrejas paroquiais e capelas públicas.

62 No que à diocese do Porto concerne, persiste ainda hoje um fundo (no arquivo do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), em parte inédito. Realizado durante o ano de 1864, e muito embora não tenhamos encontrado o Inquérito que por então foi enviado aos párocos, cujas respostas estudámos, a verdade é que sejam elas mais omissas, ou mais elaboradas, pudemos identificar algumas linhas de força do mesmo. Assim, procurou-se por então apurar a quem se consagrava a igreja ou capela, aferir a sua data de fundação, identificar o estilo em que foi construída e aclarar sobre o seu estado geral de conservação. A estes aspetos relativos à igreja matriz de cada uma das paróquias inquiridas, acrescentou-se um outro relativo à existência de outras capelas na freguesia e sua invocação.

Com exceção do pároco de Travanca (Amarante), que não respondeu mais rapidamente por ter estado a “banhos”, e daí ter dado prioridade aos “afazeres” da paróquia, nas restantes freguesias dos concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Paredes, de um modo geral, as respostas não são muito elaboradas. Aos olhos dos párocos, as igrejas apresentavam-se em bom estado de conservação. Todavia, em Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses), o pároco reclama a ruína da Igreja, o que poderá estar na origem da intervenção que, em 1881, ampliou a nave para ocidente e lhe acrescentou nova torre sineira. Será que o mau estado de conservação que se identificou em Fandinhães (Marco de Canaveses) estava relacionado com o aspeto com que ficaram rematados os arranques daquela que seria (ou poderia ter sido) a nave da igreja? Se a Igreja de Telões (Amarante) mostrava a decência necessária, já a de Mancelos estava em estado deplorável, o que não invalidou que o seu pároco desse uma atenção especial à qualidade do seu portal principal.

No que ao estilo concerne, não deixa de ser significativo que as Igrejas em estudo sejam atribuídas ao tempo dos godos (Lufrei, Amarante) ou definidas como gótico-romanas (Santo Isidoro de Canaveses, Marco de Canaveses) ou simplesmente góticas (Quintá, Paredes, e Gató, Amarante), apesar de se acentuar a sua antiguidade, por vezes anterior à própria fundação

de Portugal (Mancelos). Não nos estranha tal situação se tivermos presente que ao longo do século XIX, de forma muito generalizada e simplista, o termo gótico é sinónimo de medieval e que a nomenclatura varia de forma evidente consoante os autores e a sua cultura artística. Em 1870, no primeiro estudo que se editou sobre a arquitetura românica portuguesa, Augusto Filipe Simões classifica-a de “romano-byzantina”.



Igreja de Gatão (Amarante). Vista geral.

Apesar das informações fornecidas, não conseguimos apurar dos efeitos produzidos pelas respostas dos párocos. A documentação é omissa nesse campo. Contudo, Vila Boa do Bispo constitui uma notável exceção, pois o mesmo fundo documental conserva fontes relativas ao apeamento e posterior reconstrução da torre sineira em finais da década de 1880.

Com a República e, nomeadamente, com a Lei da Separação, de 20 de abril de 1911, o novo regime considerou a Igreja Católica uma simples agremiação particular, suprimiu as despesas do Estado com o culto e espoliou aquela instituição de todos os seus bens móveis, imóveis e matéria contributiva (foros, censos, pensões, etc.) – artifício já usado em 1834 para angariar os fundos necessários à prossecução de fins políticos e reformas sociais dos novos próceres do regime.

O artigo 62.º da Lei da Separação indica que todos os bens imobiliários e mobiliários, incluindo benfeitorias e excluindo apenas “(...) a propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com individualidade jurídica”, deviam ser arrolados e inventariados. E porque a ação mereceria celeridade, o mesmo artigo indica que a inventariação devia ser efetuada “(...) sem necessidade de avaliação, nem de imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se recar, provisoriamente à guarda das juntas de freguesia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus”. Para o efeito devia ser constituída uma Comissão concelhia de inventário, a que presidia o administrador do município e assessorada pelo escrivão da Fazenda – já que este era, muito mais que um problema ideológico, uma questão de Finanças. Todavia, podia ficar em mãos das corporações e eclesiásticos à frente das catedrais, igrejas e capelas “(...) que têm servido ao exercício público do culto católico”, os objetos estritamente necessários à liturgia.

O primeiro recuo à severidade imposta por esta legislação ocorreu em 1917. Sidónio Pais ordena, por Decreto de 9 de dezembro daquele ano, que os castigos impostos pela desobediência à Lei de 1911 fossem revogados, assim como a proibição do exercício de culto em edifícios do Estado. Em 1918 foi extinta a Central de Execução da Lei da Separação que, como braço da República Portuguesa, controlava sem vigilância, nem controlo externo ou superior, o processo de nacionalização dos bens eclesiásticos, iniciado em 1911. A 22 de fevereiro de 1918 surgiu uma nova lei da Separação, corrigindo alguns ataques notoriamente anticlericais que Afonso Costa e a ala radical do republicanismo gizaram na primeira versão.

Com o movimento de 28 de maio, apoiado por uma parte considerável dos católicos, a questão religiosa tomou outro rumo, menos agressivo e mais vantajoso para a Igreja. Pelo Decreto n.º 11887, de 6 de julho de 1926, da autoria de Manuel Rodrigues, foi devolvida a personalidade jurídica à Igreja, foi feita a regularização dos bens afetados pela espoliação republicana e restituída a liberdade do culto, associação e ensino religiosos. O artigo 10.º da Lei referida indicava a entrega dos bens mobiliários e imobiliários “(...) destinados ao culto católico”, mas só o seu usufruto, acrescentando, porém, à Lei produzida durante o consulado de Sidónio Pais, que os objetos entretanto afetos a museus pudessem ser requisitados para utilização na liturgia. Deviam manter-se nas mãos da República Portuguesa os que não haviam sido aplicados a serviços de utilidade pública. Só em 1940, segundo o artigo 6.º da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, foi reconhecida “(...) à Igreja católica a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam” e que àquela data estavam na posse do Estado, desde que, estipula o legislador, “(...) o acto de transferência fosse celebrado dentro do prazo de seis meses a contar da troca das ratificações daquela Concordata.”

Ainda no seguimento da implantação da República procedeu-se à publicação da lista dos monumentos nacionais, que incluía edifícios cuja cronologia ia desde a Pré-história até ao século XVIII. Dos monumentos em estudo, apenas o Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses) e o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Resende) foram classificados nesse ano. Cremos que o primeiro pela sua raridade, o segundo pela sua inegável tradição histórico-lendária e que se associa ao milagre que terá curado D. Afonso Henriques de uma deficiência nas pernas com que terá nascido.

Entre esse ano de 1910 e 1955 apenas foram classificados 11 edifícios: Travanca (1916), Barrô e São Martinho de Mouros (1922) (ambos em Resende), Vila Boa de Quires (1927), Mancelos (1934), Freixo de Baixo (1935) (Amarante), Gatão (1940), Tabuado (1944) (Marco de Canaveses), Tarouquela (1945) (Cinfães), Arnoia (1946) e Escamarão (1950) (Cinfães). Numa primeira análise, podemos desde já asseverar que os critérios que regeram a sua classificação foram simultaneamente artísticos e históricos. Todavia, o facto de se encontrarem afastados dos principais centros de decisão poderá justificar a sua não inclusão na listagem de 1910. O crescendo de uma sensibilidade histórica, acompanhado de uma real cultura artística, está na base destas classificações, conforme se pode aferir dos respetivos processos estudados. Além disso, atente-se a uma paulatina atenção das populações locais relativamente ao património histórico, artístico e religioso do território em que habitavam.

Só na década de 1970 voltamos a ter edifícios classificados: o conjunto formado pelas Igrejas de Santa Maria de Sobretâmega e São Nicolau de Canaveses (a que se juntou a Capela de São

Lázaro e o Cruzeiro da Boa Passagem) (Marco de Canaveses), as Igrejas amarantinas de Lufrei, Telões, Jazente e Gondar, as marcoenses de Vila Boa do Bispo e Soalhães. O primeiro exemplo torna-se paradigmático pelo facto de à época se ter compreendido a íntima relação existente entre estas igrejas românicas, aspeto que não invalidou que anos mais tarde se demolisse, reconstruísse e submergisse a ponte de Canaveses, elemento viário que ocupava um lugar central no entendimento da história deste conjunto. Lufrei foi classificada numa tentativa de travar uma certa vontade do pároco da época de ampliar a Igreja com dois corpos laterais e Telões deve a sua classificação, mais do que aos próprios vestígios românicos, ao significativo conjunto de pintura mural que nela existe. O processo de classificação de Soalhães é por si só curioso: primeiramente, apenas se classificou o conjunto dos seus elementos românicos (1977) e, logo depois, num curto período de tempo, foi esta classificação retificada, passando a abranger todo o espólio patrimonial da Igreja.

Na década de 1980 classificou-se a Ponte do Arco (Marco de Canaveses) e na seguinte a Torre dos Alcoforados (Paredes). Valadares e Fandinhães foram classificadas como Monumentos de Interesse Público em 2012. A Ponte da Panchorra (Resende) e o Mosteiro de Ancede foram classificados, em 2013, como Monumentos de Interesse Público e a Igreja de Santo Isidoro como Monumento Nacional. Atualmente, nove imóveis encontram-se em vias de classificação: a Capela da Quintã, as Igrejas celoricenses de Fervença, Ribas e Veade, a amarantina de Real e a cinfanense de São Cristóvão de Nogueira, bem como as Pontes de Esmoriz (Baião), Fundo de Rua (Amarante) e Veiga (Lousada). Consoante o seu valor relativo, e segundo a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Artigo 15), os bens imóveis (leia-se monumentos) podem ser classificados como de “Interesse Nacional”, de “Interesse Público” ou de “Interesse Municipal”. A instrução de um processo de classificação e a sua posterior conclusão determinam que o imóvel, conjunto ou sítio classificados, ou em vias de classificação, disponham, automaticamente, de uma zona de proteção ou de uma zona especial de proteção, que lhe está agregada, podendo incluir-se nestas últimas zonas *non aedificandi*, nos termos previstos pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Artigo 43.º). A partir do momento em que se dá início a um qualquer processo de classificação, conforme se regulamentou através do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, o monumento está desde logo protegido e a sua zona de proteção definida. Trata-se de um processo complexo e moroso, composto por uma série de passos administrativos que têm de ser rigorosamente seguidos.

Para muitos dos edifícios em estudo, o facto de não se encontrarem classificados, além da ausência de proteção legal, coloca-nos um outro problema: o da ausência de documentação institucional relativa às intervenções que ao longo do século XX neles se foram realizando. Disso é exemplo a Igreja de São Cristóvão de Nogueira, cujas obras executadas já em 2005 estiveram a cargo da Comissão Fabriqueira da freguesia.

A partir de 1929 foi à hoje extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, coube a responsabilidade de intervenção no património histórico e artístico do País. De um modo geral, e aproximadamente até meados do século XX, caracterizou-se a sua ação por um modo muito peculiar de entendimento do património artístico medieval. Dando uma particular preferência aos monumentos considerados detentores de uma significância histórica específica, o Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel), profundamente intervencionado na década de 1930, assume-se como um dos mais



paradigmáticos casos dos critérios então seguidos. Alvo de uma muito publicitada intervenção na imprensa periódica da época, a Igreja monástica serviu nessa ocasião de palco à exaltação de valores rurais e pitorescos, ao mesmo tempo que constituiu um laboratório de ensaio das ideias e conceitos de restauro que viriam a ser postos em prática, numa larga escala. Aqui, só para citar dois flagrantes exemplos, foi o grande janelão da fachada principal substituído por um óculo concebido dentro daquilo que se entendia ser a sua forma primitiva, e que em muito se aproxima à da rosácea protogótica de Tabuado, como se demoliu a torre sineira que se adossava à fachada principal, a sul, alçando-se uma nova, isenta, no adro, a norte da Igreja.

É dentro desta grande corrente intervencionista que devemos entender a intervenção realizada, na década de 1940, em São Martinho de Mouros, que procurou afirmar o carácter turriforme da fachada, desobstruindo a envolvente. Tal como aqui, também em Travanca se libertou a torre do campanário que, de certa forma, se sobrepunha à retórica função militar que o restauro da década de 1930 procurou acentuar no conjunto monástico amarantino. Dentro da mesma linha de ideias, na década de 1960 foi reposto o coroamento ameaçado na torre de menagem do Castelo de Arnoia.

Embora a maior parte das intervenções realizadas no conjunto dos edifícios em estudo seja datável da segunda metade de novecentos, identificámos, contudo, numa época em que se defendia já a conservação dos vários elementos que explicam as vivências dos edifícios ao longo dos séculos, uma grande aptidão para a remoção dos rebocos interiores e exteriores dos edifícios: São Martinho de Mouros, Cárquere, Vila Boa de Quires, Travanca, Tarouquela, Jazente... À roda do ano mil, Raoul Glaber refere-se ao manto branco de igrejas que então povoou a Europa. Naturalmente que os rebocos agora removidos não são os originais, todavia estes conferiam aos edifícios em estudo uma legibilidade bem diferente da que temos hoje. Não deixa de ser curioso, contudo, que numa intervenção feita, em 2012, em Vila Boa do Bispo se tenha optado, já em pleno século XXI, por repor o revestimento caiado do exterior, o que, numa Igreja profundamente transformada durante a Época Moderna, realça os elementos românicos remanescentes. Será que esta opção respondeu a este mesmo objetivo?

Da remoção generalizada dos rebocos resultou não só a acentuação do carácter pétreo destes edifícios, hoje despidos numa leitura antitética daquilo que a época românica viveu, como vimos atrás, como também, em alguns casos, originou a descoberta de significativos conjuntos de pintura mural: Santo Isidoro, São Nicolau de Canaveses ou Gatão. Mas o contrário também aconteceu: na Igreja de Escamarão, conforme mostram fotografias anteriores à intervenção levada a cabo, na década de 1960, pela Comissão Fabriqueira, existiam vestígios de pintura mural que desapareceram. Como consequência das descobertas pictóricas, ou como simples opção estética, foram os retábulos e demais elementos entalhados removidos numa tentativa de acentuar uma leitura dos elementos arquitetónicos românicos. Em Mancelos apeou-se a grande sanefa em talha que encimava o arco triunfal, cujos capitéis se mostram, agora, picados.

A remoção dos coros altos foi uma outra constante. Em Telões foram apeados dois, montados em épocas diferentes, considerados impróprios. Em Cárquere e em Tabuado foram removidas as escadas de acesso exteriores que, nos alçados norte, permitiam o acesso aos respetivos coros. Em Travanca demoliu-se o passadiço que ligava a parte superior da torre à parte alta da nave, permitindo um acesso direto ao coro alto que, por ser de grandes dimensões, foi também ele apeado. A



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel)  
antes das intervenções da DGEMN.  
Fonte: arquivo IHRU.



Mosteiro de Travanca (Amarante) durante as intervenções da Rota do Românico (2013). Vista aérea.

demolição dos coros fez-se geralmente acompanhar pelo apeamento dos púlpitos. Primou-se, pois, por aquilo que a historiografia da especialidade tem tentado designar por “desbarroquização”.

Certamente porque se considerou que as intervenções realizadas terão sido exemplares, foram alguns dos monumentos em estudo brindados pela DGEMN com um *Boletim*, que não só divulga a ação realizada (apesar do tom apologético que lhe está associado), como também nos ajuda hoje a perceber, em parte, o antes, o durante e o depois das intervenções. Travanca (1939), Freixo de Baixo (1958), Gatão (1961) e Tabuado (1972) foram os edifícios agraciados. Em Gatão, Igreja considerada híbrida, sendo impossível recuperar uma unidade arquitetónica, optou-se antes pela recuperação da sua unidade construtiva. Esta mensagem, veiculada através do *Boletim* de Gatão, é não só elucidativa das opções tomadas, como assume contornos de grande importância no contexto da história da conservação e do restauro do património edificado a nível nacional.

Há, também, algumas intervenções que denunciam um espírito de conservação, como a que, na década de 1980, se fez em Gondar com o objetivo de reabilitar a ruína, dando a esta Igreja uma nova legibilidade e integridade. No entanto, alguns dos edifícios em estudo, por acusarem determinado grau de abandono ou por necessitarem de ações de conservação particularizadas, como o é a da pintura mural, foram, estão ou serão alvo de intervenções de conservação e salvaguarda ao abrigo da Rota do Românico. Sempre que necessário, como aconteceu já em Travanca, estas serão acompanhadas por sondagens arqueológicas que ajudarão a melhor compreender as vivências dos edifícios ao longo dos tempos.

**Fotografia da capa:** Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Fachada sul. Nave. Portal. Mísula.

#### **Ficha Técnica**

##### **Propriedade**

Rota do Românico

##### **Edição**

Centro de Estudos do Românico e do Território

##### **Coordenação Geral**

Rosário Correia Machado | Rota do Românico

##### **Coordenação Científica**

Lúcia Rosas | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

##### **Coordenação da Edição**

Gabinete de Planeamento e Comunicação | Rota do Românico

##### **Textos**

Lúcia Rosas **[LR]** | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Leonor Botelho **[MLB]** | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Nuno Resende **[NR]** | Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rota do Românico **[RR]**

##### **Fotografia**

Digisfera

R. Sousa Santos

Rota do Românico

##### **Design e Paginação**

Furtacores – Design e Comunicação

##### **Impressão**

Sprint – Impressão Rápida

##### **Tiragem**

2000 exemplares

##### **Data de edição**

1.ª Edição | Novembro de 2014

##### **ISBN**

978-989-20-5243-4

##### **Depósito Legal**

385216/14

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

© Rota do Românico  
Centro de Estudos do Românico e do Território  
Praça D. António Meireles, 45  
4620-130 Lousada  
T. +351 255 810 706  
F. +351 255 810 709  
rotadoromanico@valsousa.pt  
[www.rotadoromanico.com](http://www.rotadoromanico.com)